

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Martha Maria Novaes Maciel

“Farinha do mesmo saco”?
A notícia policial em Juiz de Fora

Juiz de Fora
Novembro de 2008

Martha Maria Novaes Maciel

“Farinha do mesmo saco”?:
A notícia policial em Juiz de Fora

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito para obtenção de grau de Bacharel em
Comunicação Social na Faculdade de Comunicação
Social da UFJF

Orientador: Dr. Márcio de Oliveira Guerra

Juiz de Fora
Novembro de 2008

Martha Maria Novaes Maciel

“Farinha do mesmo saco”?

A notícia policial em Juiz de Fora

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social na Faculdade de Comunicação Social da UFJF

Orientador: Prof. Dr. Márcio de Oliveira Guerra

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em 25/11/2008

pela banca composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Márcio de Oliveira Guerra (UFJF) – Orientador

Profa. Ms. Teresa Cristina da Costa Neves (UFJF) – Convidada

Prof. Ms. Ricardo Bedendo (CES/JF – Juiz de Fora) – Convidado

Conceito obtido _____

Juiz de Fora

Novembro de 2008

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo imenso amor, incentivo constante e financiamento de todos os meus sonhos e projetos.

Ao mestre e amigo Márcio Guerra, por todo o carinho durante o período acadêmico e pelas oportunidades que me tornaram, de fato, uma jornalista.

Ao amigo Ricardo Bedendo, pelo carinho, confiança e respeito. Também por toda a ajuda “extra-oficial” nesse trabalho.

À amiga-estrela Jaciluz, pelo abraço nas horas de desespero e pelo sorriso que acalma.

*Curioso fenômeno místico-físico, os cães
malditos, hoje estão por aí apesar de terem
perdido o faro investigativo, a fúria
desbravadora e a coragem de tudo desvendar.*

Ciro Marcondes Filho

RESUMO

Este trabalho é uma reflexão sobre o jornalismo policial praticado em Juiz de Fora. Ele resgata as origens do jornalismo e discute a forma como as informações da área da segurança pública, violência e criminalidade são comumente abordadas pela imprensa. Apresenta os problemas relacionados à prática jornalística da área policial, como o sensacionalismo; a dependência de fontes oficiais; o uso de estereótipos, que levam a julgamentos de valor das pessoas envolvidas nas notícias; a mercadologização das atividades jornalísticas e a falta de ética, que contraria a função social da mídia. Analisa dois dos principais jornais de Juiz de Fora. Entende que a imprensa deve contribuir para o esclarecimento da sociedade e o fortalecimento da opinião pública, além de agendar debates que enriqueçam as discussões sobre a modificação da realidade por agentes sociais. Sugere alternativas que facilitam a abordagem dos temas relacionados à polícia.

Palavras-chave: Jornalismo policial. Distorções. Juiz de Fora.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 OS MUITOS JORNALISMOS	12
2.1 JORNALISMO POLICIAL	16
3 DISTORÇÕES	20
3.1 CLICHÊS	22
3.2 “ESPREME E SAI SANGUE”	23
3.3 FONTES OFICIAIS E JARGÕES	26
3.4 O CAPITALISMO NA INFORMAÇÃO	28
3.5 ÉTICA	29
4 O JORNALISMO EM JUIZ DE FORA	34
4.1 JF HOJE	36

4.2 TRIBUNA DE MINAS	38
4.3 ALTERNATIVAS PARA UM JORNALISMO POLICIAL RESPONSÁVEL ..	41
5 CONCLUSÃO	45
6 REFERÊNCIAS	48
7 APÊNDICE	50
8 ANEXO	59

1 INTRODUÇÃO

Os veículos de comunicação de massa são agentes indispensáveis para a análise da sociedade contemporânea, à medida que estão em sintonia direta com a realidade. No caso do jornalismo, milhares de pessoas têm, diariamente, uma forma fácil e acessível de tomar conhecimento dos fatos que acontecem ao seu redor. Há uma espécie de consenso de que o mundo real está transcrito no noticiário diário, seja impresso, televisivo, radiofônico ou hipermediático. Mas a produção jornalística envolve relações de trabalho e regras que determinam a transposição do fato para a notícia.

O projeto **“Farinha do mesmo saco”?** - **A notícia policial em Juiz de Fora** apresenta uma reflexão sobre o fazer jornalístico local, tomando como tema a editoria de polícia dos jornais **JF Hoje** e **Tribuna de Minas**. Através de um histórico, pretende-se sondar as alterações sofridas pelo jornalismo com o passar do tempo. Pretende-se, ainda, identificar os critérios de destaque dos personagens nas matérias policiais, a relação entre fontes e jornalistas e a questão ética que envolve o trabalho do profissional dos meios de comunicação de massa. Além disso, será avaliado se os valores da Indústria Cultural exercem alguma influência no formato das notícias sobre violência.

Já foi o tempo em que a mídia aparecia como inocente e inofensiva na questão da criminalidade. Pelo poder que possui, ela tanto pode ser útil para a prevenção do delito, como pode estimular atos criminosos. O jornalismo brasileiro conta com um grande histórico de bons serviços prestados à população, mas também contribuiu para o empobrecimento moral e a má-compreensão de normas jurídicas em geral.

No entanto, esta monografia não tem como objetivo apenas questionar o trabalho realizado pela imprensa na cobertura dos fatos policiais, mas tentar traçar saídas para o jornalismo policial. Por que os crimes ocorridos em bairros de classe média são noticiados

com mais destaque do que os da periferia? Por que a imprensa destaca a notícia de acusação e depois abrandando ou omite a notícia de absolvição? Por que alguns fatos relevantes são omitidos nas matérias, se existem fontes para comprová-los? Estas são práticas rotineiras na mídia brasileira e, em Juiz de Fora, não é diferente. Ao mesmo tempo, nos últimos anos, percebe-se que o sensacionalismo tem sido criticado e passa por transformações.

Discutimos, ainda, a dependência que os jornalistas sofrem das fontes oficiais, já que, muitas vezes, a polícia é a fonte principal das reportagens – se não a única, o que pode comprometer a qualidade da informação veiculada. A dimensão ética da atividade jornalística também é tratada neste projeto. É imprescindível pensar eticamente a imprensa e os veículos de comunicação, porque quando o profissional não apura devidamente, seja por falhas técnicas ou falta de recursos, a ética também fica comprometida.

Historicamente, a editoria de polícia tem sido um dos setores menos valorizados nos jornais. Este quadro já se modificou bastante, mas até onde os esforços feitos pela imprensa têm conseguido melhorar a cobertura policial? E, como geralmente um ato de violência envolve questões referentes à injustiça, dor, vítimas e motivações causadoras do ato, o papel do jornalista será analisado quanto às formas de apuração e tratamento dado na composição da notícia, como interpretar todos os aspectos que abrangem o fato, ouvir todos os lados envolvidos, cruzar dados, etc. Além desses, fatores como *deadline*, número reduzido de profissionais nas redações e a disputa pelo furo jornalístico são outros dos problemas enfrentados diariamente na profissão.

Apesar de todas estas deficiências, pesquisadores e especialistas são enfáticos em apontar o papel decisivo dos meios de comunicação nas respostas da sociedade aos problemas “de polícia”.

De acordo com dados do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Cândido Mendes, a cada ano, no Brasil, são assassinadas 50 mil pessoas. Nos

últimos 20 anos, a taxa de homicídios do país aumentou 77%, passando de 15,2 homicídios por cem mil habitantes para 26,9 homicídios – índice que situa o país entre os mais violentos do mundo. Durante muito tempo, as instituições brasileiras assistiram a isso de forma passiva, talvez porque as mortes atinjam, primordialmente, grupos em vulnerabilidade social (jovens do sexo masculino, de 15 a 24 anos de idade, pobres, negros e moradores de periferia).

A partir dos anos 90, alguns setores da sociedade se articularam para desenvolver projetos na gestão de políticas públicas. Os jornalistas perceberam isso e iniciaram um processo de qualificação da cobertura. A mudança é fundamental, já que a mídia é um dos responsáveis pelo debate público sobre segurança, direitos humanos e fiscalização. Dessa forma, se faz necessário discutir incansavelmente o papel do jornalista de polícia.

2 OS MUITOS JORNALISMOS

Para Cleber José Bosetti, a imprensa é classificada como um ator social, econômico e político, que apreende e constrói as formas de percepção e entendimento da realidade de seu tempo. “A imprensa reflete o mundo de seu tempo e ao mesmo tempo influencia na construção deste mundo devido à força da representação que carrega, logo possui história e historicidade” (BOSETTI, 2006, p.9).

Dessa forma, o conteúdo da imprensa reflete, através da sistematização de informações, os momentos políticos, econômicos e culturais de uma sociedade. Quanto mais complexa for esta sociedade, mais importante será a imprensa para ajudá-la a entendê-la. Albert e Terrou (1990 apud BOSETTI, 2006, p.10) acreditam que, desde a Antiguidade, existe a necessidade das sociedades em buscar informações. Esse papel era exercido pelos mensageiros, porém, foi após o desenvolvimento do estado que, juntamente com o renascimento cultural e às grandes navegações no século XV, a necessidade de se buscar informações ganhou impulso, culminando com a maior difusão da imprensa a partir do século XVII.

Com a chegada da era moderna, as sociedades mais complexas deram à imprensa um importante papel político. Desde seu aparecimento, ela difundiu idéias, tomou posição favorável ou contrária em relação às decisões e ações dos governos e grupos de pressão. A imprensa introduz formas de pensar, idéias que dão significados às ações humanas tendo uma atuação decisiva na construção dos acontecimentos, que “ganham existência e sentido quando entram em contato com os receptores-consumidores destas informações” (in. DAS NEVES e MOREL, 1998 apud BOSETTI, p.10).

Já Ciro Marcondes Filho, em seu livro **Comunicação e Jornalismo: a saga dos cães perdidos**, dividiu a evolução do jornalismo em quatro partes denominadas Primeiro Jornalismo, Segundo Jornalismo, Terceiro Jornalismo e Quarto Jornalismo. Os primeiros jornais de que se têm notícia são datados de 1631, mas o jornalismo propriamente dito nasceu junto com a Revolução Francesa, em 1789, a revolução que marcou a luta pelos direitos humanos, a destituição da aristocracia, o fim das monarquias absolutistas e a afirmação do espírito burguês. Este foi o Primeiro Jornalismo, que surgiu com o intuito de esclarecer que o poder era algo dos homens para explorar outros homens. A sociedade passou a acreditar que não era Deus quem criava homens para mandar e homens para obedecer e isto gerou uma crise no poder da Igreja, uma das instituições da Idade Média que detinham o saber. Aos poucos, o jornalismo tornou público alguns textos guardados pela Igreja, disseminando o conhecimento. Outra consequência da descentralização do poder eclesiástico foi a divulgação do protestantismo por Martinho Lutero.

As universidades, assim como a Igreja, também reservavam o saber a poucos. Com a queda do poder aristocrático, a informação e o conhecimento passaram a circular com um pouco mais de liberdade, graças aos jornalistas. Ciro Marcondes Filho afirma que entrava em colapso o monopólio do segredo. Ocorre justamente uma inversão de valores na época da Revolução Burguesa: a superexposição do que antes era secreto.

Uma radicalização eufórica, contudo, também compromete a divulgação livre: tudo o que é demasiadamente exposto, *se queima*. Despotencia-se, esvazia-se o fato, o novo, o estranho, pelo excesso (MARCONDES FILHO, 2002, p.11) [o grifo é do autor].

Nesta época, o jornalismo se profissionalizou e surgiram as funções de redator, editor e diretor. Durante este período, o jornalismo era caracterizado como político-literário, já que as publicações tinham fins pedagógicos e de formação política. É válido lembrar que os próprios jornalistas eram políticos e faziam do jornal o seu porta-voz. Os políticos de maior

destaque formavam um clube de convivência e a cada dois clubes era fundado um jornal. "Em Paris, somente entre fevereiro e maio de 1789, surgiram 450 clubes e mais de 200 jornais" (MARCONDES FILHO, 2002, p.12).

Entre os anos de 1800 e 1850, em meio às disputas políticas das massas nas ruas (com os ideais de nacionalismo, socialismo e liberalismo), o jornalismo passou por uma transformação estrutural. A atividade, antes político-literária, emocional, romântica e relativamente anárquica, dava lugar à empresa jornalística, uma espécie de máquina de fabricar notícias nos moldes do capitalismo.

O Segundo Jornalismo, caracterizado pela formação da empresa capitalista, se consolidou com as inovações tecnológicas surgidas a partir da segunda metade do século XIX. Estas inovações eram as máquinas aplicadas diretamente na produção de jornais em maior escala. Mas este benefício iria exigir da empresa jornalística o dinheiro para manter o maquinário. Por isso, foi criada a venda de espaços publicitários em jornais como forma de auto-sustentação do veículo. Para Marcondes Filho (2002, p.14), os jornais começaram a se transformar em um "amontoado de comunicações publicitárias permeado de notícias". A implantação do jornalismo como empresa capitalista iniciou-se em 1830 na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos e implantou-se de forma efetiva, em 1875, pelos outros países capitalistas do mundo.

No século XX, especificamente após a Crise de 1929, constituiu-se o Terceiro Jornalismo. Este período refletiu os valores da modernidade a partir das modificações nos processos jornalísticos, tais como o menor engajamento dos profissionais, a deficiência na busca pela verdade, a ausência de questionamentos à política e a descredibilidade na evolução da sociedade para um lado mais humano. "Mudamos para uma época semelhante àquilo que Nietzsche atribuía a toda a modernidade: o de ser uma 'época fraca', decadente, niilista"

(MARCONDES FILHO, 2002, p.15). Este espírito de desencanto foi, em parte, responsável pela descaracterização do Primeiro Jornalismo até resultar no modelo final do século XX.

O Quarto Jornalismo é o que existe hoje, do final do século XX e do início do século XXI. Trata-se do jornalismo da era tecnológica, que teve início nos anos 70 e é marcado por duas características: o grande volume diário de informações vindas de outras fontes que não a reportagem apurada nas ruas e a substituição da figura humana do jornalista pelos sistemas de comunicação eletrônica. As informações chegam por fontes tecnológicas e, a partir delas, são produzidas notícias.

Esta última, a informação produzida e circulante nas redes, incide adicionalmente sobre o papel histórico do jornalista como um "contador de histórias" (repórter) mas também como um "explicador do mundo" (analista/comentarista). Essas funções, hoje em dia prejudicadas com o desencanto e a crise dos meta-relatos, puseram em descrédito todos aqueles que outrora batalhavam por revelar uma verdade, uma explicação, a "chave" dos acontecimentos. (MARCONDES FILHO, 2002, p.30).

As tecnologias influenciaram o jornalismo no campo das comunicações. Primeiramente, porque modificaram a relação do jornalista com os colegas de trabalho e com o produto final. Podendo ter acesso às fontes em rede, o jornalista pode trabalhar sem sair de casa e mandar seu texto pronto ao editor. Desta forma, o jornal é visto por ele apenas parcialmente ou na íntegra, pela internet e o contato humano passa a quase não existir.

Desaparecem os eventos marginais da atividade (a consulta ao colega, a conversa relaxante, os eventuais apoios ou críticas, em suma, o clima - inconscientemente - solidário da atividade). Diante da tela, jornalistas estão hoje mais entregues a si mesmos. (...) Neste sentido, o trabalho informatizado e isolado eleva sobremaneira a chamada exploração da "mais-valia": os jornalistas trabalham mais pelo mesmo dinheiro, se esgotam mais e estão mais sujeitos ao estresse, à estafa. (MARCONDES FILHO, 2002, p.50-51).

Depois, ainda há a influência tecnológica no conteúdo jornalístico, favorecendo certas linguagens e depreciando outras. A linguagem favorecida foi a da imagem, inicialmente, como complemento ao texto. Aos poucos, a hierarquia da comunicação inverteu-se: o texto

narrativo passou a complementar a imagem. Por isso, o jornalismo foi deixando de passar informações sobre o mundo para surpreender o mundo com pessoas e fatos fabricados. Para Marcondes Filho (2002, p.31), “os fatos fabricados concorrem em condições de superioridade (melhor técnica, mais dramaticidade, criação de cenas e situações vividas impossíveis de obter na realidade) com os fatos brutos ou reais”.

2.1 JORNALISMO POLICIAL

O jornalismo policial mostra o cotidiano. É um espelho que reflete a realidade dos acontecimentos. Essa editoria difere-se das demais pelo poder de repercussão diante da população. Para Fernanda Fogliati (2008), a vida de repórter policial não é fácil.

Em meio a denúncias, investigações, acusações e até jogos de interesse, esse profissional tem que manter o controle e, na maioria das vezes, muito sangue frio. E, nesse ponto, é importante o repórter ter jogo de cintura, ou seja, saber lidar com quaisquer tipos de situações e pessoas. Isso pode ser fundamental para realizar um bom trabalho nesta área. Até porque o movimento na editoria policial é tão intenso quanto numa delegacia de polícia. (FOGLIATI, 2008).

O jornal dos anos 20, 30 e 40 constituía-se no principal veículo de comunicação de massa. Era através da imprensa que a população tinha conhecimento do que acontecia na cidade, fosse na área política, literária ou policial. Mas antes de ser um veículo de informação, o jornal era, primordialmente, um dos principais meios de entretenimento. Devido à precária circulação de livros, a leitura dos periódicos atraía a parcela do público alfabetizada, interessada não apenas em se informar, mas também em se distrair através da leitura dos folhetins publicados em capítulos. As histórias melodramáticas e trágicas, prendiam a atenção do leitor, que ficava à espera dos próximos capítulos. Segundo Irene Bosisio Quental (2005, p.11), o exagero e o drama não se restringiam somente à esses folhetins. Os excessos estavam

presentes em todas as partes do jornal. Como não havia o compromisso com a objetividade, os repórteres escreviam baseados na imaginação, a partir do que viam e ouviam nos locais dos crimes.

Essa linguagem folhetinesca aparecia explicitamente na coluna policial. As reportagens que retratavam casos cotidianos, acidentes, afogamentos, atropelamentos e brigas de rua, eram muitas vezes incrementadas por elementos folhetinescos, como mortes sangrentas resultantes de amores proibidos. (QUENTAL, 2005, p.12).

Era com a notícia em primeira mão, o furo de reportagem, que os repórteres trabalhavam. Como o rádio ainda era muito precário e não existia televisão, era importante chegar à notícia antes da concorrência. A importância do flagrante era também um dos motivos que levavam os jornalistas a imaginarem detalhes da história dos crimes. Como o acontecimento e a foto deveriam ser publicadas rápido, para que fossem em primeira mão, não havia tempo a perder na apuração aprofundada do fato. Isso fazia com que a movimentação dos repórteres policiais fosse constante, sempre à procura de novos crimes para serem publicados.

No entanto, ao longo dos anos, o jornalismo policial passou por uma série de transformações. Os excessos do jornalismo do começo do século que viviam, então, sua liberdade literária, foram suplantados nas décadas de 50 e 60, por um jornalismo mais moderno, característico da imprensa norte-americana. No Brasil, as transformações no jornalismo se deram a partir das renovações iniciadas no *Diário Carioca*, por Dantom Jobim, Pompeu de Souza e Luís Paulistano (SODRÉ, 1998 apud QUENTAL, 2005, p.14). A nova linguagem proibia rebuscamentos, pedantismos vocabulares e erudição. A objetividade tornou-se o critério definidor de um texto jornalístico, que implicava na busca pela imparcialidade e síntese e pela transmissão da informação de maneira direta.

O novo jornalismo policial fez com que o repórter passasse a se neutralizar em seu texto, deixando de emitir conceitos de valor. Hoje o repórter policial procura até mesmo excluir de sua escrita palavras que, por si mesmas, possam conter alguma significação além do valor de “dizer”. Afirmções mais contundentes são atribuídas ao enunciador citado e é cada vez mais comum o emprego de verbos no futuro do pretérito, para deixar claro que o jornalista não está afirmando, mas apenas levantando uma possibilidade. (QUENTAL, 2005, p.14-15).

Até o início dos anos 80, os grandes jornais brasileiros destinavam mais espaço e importância à editoria de polícia. Até então, o fator tempo não limitava tanto a prática jornalística, os repórteres de polícia eram formados nas próprias redações, através de transmissão oral de técnicas e conhecimentos, além da aprendizagem em campo. Atualmente, a cobertura policial, na maioria dos jornais, foi incorporada pela editoria de “cidade” e, cada vez menos, tem status de jornalismo especializado, sendo abordado na editoria “geral”.

O jornalista Marco Antônio Zanfra acredita que a editoria de polícia perdeu importância ao longo dos anos, seja por perda de espaço no jornal ocasionada por falta de informação ou falta de incentivo a novos profissionais. Entretanto, ele afirma que o fato policial é mais presente a cada dia, e tem que ser noticiado. Para isso, propõe um maior cuidado, que toda notícia merece:

Pode-se dizer que o jornalismo policial sofre atualmente de duas síndromes básicas: falta de informação dos repórteres que eventualmente se vêem forçados à cobertura e falta de incentivo ao surgimento de novas vocações, que poderiam – nunca faz mal sonhar – fundamentar o jornalismo policial do terceiro milênio. (ZANFRA, 2003, p.5).

A falta de conhecimento e utilização equivocada no que se refere a termos comuns no jornalismo policial fez com que Zanfra criasse o Manual do Repórter de Polícia. O manual contém regras de orientação ao repórter que cobre matérias policiais, com definições sobre roubo, delito, flagrante, perícia criminal, crime organizado, crimes eletrônicos e ética. A intenção é ajudar os leigos no assunto a se informarem melhor e perceberem a diferença entre um termo e outro, mais comuns no cotidiano de delegacias e tribunais.

Zanfra (2003, p.5) exemplifica com um caso sobre uma cobertura de tv de uma fuga no presídio Santa Augusta, em Criciúma (SC), onde um repórter mostrava a inscrição deixada na parede do túnel que dava para a rua – o número 157, em tinta vermelha – e explicava que se tratava do número do artigo do Código Penal que significa matar para roubar. O jornalista corrige que tal número referia-se, na verdade, a roubo, genericamente, e que “matar para roubar”, conhecido como latrocínio, está especificamente no artigo 3º desse artigo. “Como esperar que um repórter, especialmente desses que cobrem desde festa de igreja até enchentes e concursos culinários, possa conhecer essas minúcias?” (ZANFRA, 2003, p.5).

Apesar de as notícias policiais ainda serem fonte imprescindível de casos factuais, grandes furos jornalísticos e destaques de capa, os jornais não valorizam ou investem na editoria de polícia. O profissional necessita de um conhecimento prévio, como noções de ética, direitos humanos e legislação, para melhor construir e contextualizar a notícia. Essa bagagem de conhecimento deveria ser adquirida durante o curso de graduação de jornalismo, o que nem sempre acontece. Dessa forma, cabe ao repórter procurar agregar conhecimento sobre tais assuntos, por exemplo, fazendo cursos de atualização e aperfeiçoamento, investimento pelo qual os donos de veículo de comunicação nem sempre se interessam em fazer.

3 DISTORÇÕES

A produção de notícias tem dinâmica própria. Para Marcondes Filho (2002, p.113), trata-se de uma atividade complexa, que envolve milhares de pessoas, sistemas técnicos sofisticados e ágeis, “tornando-se incontrolável, inverificável em tempo hábil, *fato consumado* na maioria das vezes” [o grifo é do autor]. Se houver erros, uma reparação é praticamente impossível.

Jornalistas dão sua contribuição à desinformação quando se usam de termos indevidos, tendenciosamente minimizadores dos problemas ou exageradores de sua periculosidade. Por que falar que uma guerra é uma “intervenção cirúrgica”? Por que repetir cegamente que o Iraque tem o “quarto exército do mundo”? (MARCONDES FILHO, 2002, p.113).

Ciro Marcondes Filho (2002, p.113) também comenta a contribuição que os jornalistas dão à desinformação, que acontece de várias maneiras. Primeiro, porque a grande quantidade de informação transmitida rapidamente narcotiza o receptor e o torna indiferente à notícia. Segundo, porque quando um meio de comunicação dá um furo de reportagem, todos os outros meios de comunicação acompanham, fazendo o tema do furo parecer mais e mais verdadeiro. Por último, o generalismo, que é o reflexo da precariedade do aparelho informacional. O generalismo é caracterizado por afirmações totalizantes, ignorando que o total é diferente do geral.

Nesse sentido, o jornalismo impresso seria apenas mais um a repetir as informações já publicadas no dia anterior por mídias mais velozes. Para que isso não aconteça, a tarefa dos jornalistas é oferecer aos leitores o aprofundamento da informação, o debate, a investigação. Esse é o diferencial, porque há a possibilidade de analisar a si mesmo. O jornalismo policial não fica de fora dessas características.

Feito de investigação, é no jornalismo policial que uma pequena parcela de informação pode alterar todo o andamento de uma reportagem e modificar a percepção do leitor acerca do fato. São estas as reportagens que enchem as editorias de casos de polícia e emocionam, irritam, preocupam e comovem a população. As matérias policiais são, além de informação pura e simples, um espaço para a discussão dos problemas sociais e para o debate sobre possíveis soluções.

De todas as editorias, a de polícia é a que causa reações mais contraditórias. De acordo com Andréia Moura (2008), ombudsman do jornal da Universidade Adventista de São Paulo (Unasp), enquanto uns a amam e se atiram de cabeça nessas páginas, outros a odeiam e fogem da leitura.

Isso acontece porque a imprensa está sempre se intrometendo, invadindo espaços e fazendo perguntas perigosas. De certo modo, o jornalismo policial encarna mais visivelmente a idéia da profissão como utilidade pública, denúncia, investigação e, talvez, justiça e solução dos problemas. (MOURA, 2008)

Nesse sentido, até que ponto a postura “intrometida” dos jornalistas afeta a seriedade e os resultados de uma investigação policial? Como devemos considerar o direito da população à informação completa frente ao respeito que supostamente deveria-se prestar à privacidade das vítimas? De que forma a sede do repórter pela exclusividade o faz apostar na incerteza e divulgar inverdades?

Uma brincadeira, feita no encontro com jornalistas que deu início à pesquisa que resultou o livro “Mídia e violência – Novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil”, de Silvia Ramos e Anabela Paiva (2007, p.15), indica o quanto a cobertura policial já avançou no país:

Um dos profissionais convidados pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) para discutir os primeiros passos do programa Mídia e Violência lembrou como o perfil do chamado repórter de polícia havia mudado em anos recentes. “Eu peguei o tempo em que o policial batia no preso e o repórter não falava nada”, comentou. Um outro jornalista, um pouco mais velho, replicou em tom de blague:

“E eu peguei o tempo em que o repórter batia no preso!”. (RAMOS; PAIVA, 2007, p.15).

Apesar da imprensa ter modificado, para melhor, o tratamento que dá aos temas relacionados à violência, à criminalidade e à segurança pública, nas últimas décadas, alguns problemas persistem na mídia brasileira. Vamos citar alguns deles.

3.1 CLICHÊS

As autoras Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge (1993 apud OLIVEIRA, 2001, p.72) trabalham com a tese de que a informação ou a notícia que chega a cada receptor é a imagem que o repórter tem de uma determinada ação. Dessa forma, a mensagem final que chega ao leitor é distorcida pela percepção que a mídia faz da realidade.

Uma das distorções pode ser oriunda de um hábito de muitos jornalistas, como afirma Ciro Marcondes Filho (2002, p.107). Eles buscam a informação segundo seus juízos de valores e/ou clichês. Clichês são fórmulas prontas, idéias mecanizadas sobre pessoas, atividades, profissões, posições políticas; são estereótipos, julgamentos de valor automáticos. É em torno dos clichês que se estrutura a parte majoritária das notícias. Os jornalistas, como todas as outras pessoas, selecionam os fatos e os classificam a partir de seus próprios estereótipos. Assim sendo, além de distorcerem a informação, “eles se tornam atores privilegiados na manutenção de idéias, verdadeiros *agentes conservadores da cultura*, visto que têm acesso a meios de divulgação em massa de suas idéias (e preconceitos)”. (MARCONDES FILHO, 2002, p.109) [o grifo é do autor].

O clichê contrói antecipadamente a notícia, pois os jornalistas não saem às ruas para conhecer as pautas, saem para reconhecê-las e reforçá-las.

Essa é a função conservadora mais efetiva de jornalistas: eles reconstruem diariamente o mundo impondo-lhes sua verdade cristalizada sobre as pessoas, sobre os fatos, sobre as ocorrências novas, exercendo a atividade tranquilizadora e gratificante (para a maioria das pessoas) de “manter o mundo exatamente como ele é”, a saber, o mais próximo possível da *fantasia* que as pessoas têm do próprio mundo, de seus clichês. (MARCONDES FILHO, 2002, p.110) [o grifo é do autor].

Na visão de Silvia Ramos e Anabela Paiva (2007, p.79), a maior presença de jornalistas ligados às comunidades poderia estimular uma cobertura mais diversificada e menos estigmatizantes dos espaços populares. Desde os anos 70, quando foi regulamentada a lei que exigia o diploma universitário para os jornalistas, as redações brasileiras sofreram modificações, porque muitos profissionais “da antiga” (muitas vezes de origem humilde) deixaram de fazer parte do quadro de funcionários dos jornais. Os novos jornalistas eram pessoas com ensino superior completo e, portanto, a maioria pertencia à classe média. Da mesma forma que acontece atualmente, eles iniciavam a vida profissional mais bem preparados, mas traziam pouca ou nenhuma experiência relacionada ao cotidiano dos moradores de favelas e periferias.

Editor-adjunto no Rio de *O Globo*, Jorge Antônio Barros diz que a maior parte dos repórteres sob seu comando vive em bairros considerados de classe média. (...) O mesmo se repete em outros veículos. Uma pesquisa da revista *Imprensa*, de 2001, sobre a presença de negros nas redações, teve a participação de 230 veículos. Destes, apenas 85 contavam com um jornalista negro. (RAMOS; PAIVA, 2007, p.78-79). [os grifos são das autoras]

3.2 “ESPREME E SAI SANGUE”

Se por um lado a linguagem jornalística se modificou, a alta carga dramática característica do jornalismo do começo do século XX ainda pode ser encontrado em periódicos populares. O sensacionalismo de reportagens sobre assassinatos, roubos e acidentes ocupam grande parte desses jornais, que privilegiam a violência e o drama contido

nas notícias. A dramatização se apodera da informação e temas fundamentais do cinema, como aventura, amor e vida privada são privilegiados junto aos fatos reais. Segundo Muniz Sodré (1985 apud QUENTAL, 2005, p.17), a imprensa de massa alardeia e se nutre de tudo o que possa ser comovente, sensacional, excepcional e “seleciona situações carregadas de uma grande intensidade afetiva”.

Outro aspecto que aproxima a informação policial do espetáculo é que este tipo de fato jornalístico acaba sendo mais atraente que outros tipos de notícia, o que torna seus leitores semelhantes a espectadores de cinema ou de peça teatral. Nesse sentido, a imprensa transforma os fatos e a vida particular das pessoas em um espetáculo que pode ser consumido como diversão. No caso específico do jornalismo policial, percebemos que os conteúdos espetaculares incutidos nele estabelecem os processos psicológicos de projeção e identificação calcados na teoria da cultura de massa.

Segundo Alberto Dines (1986 apud LEAL; MELLO, 1997, p.28), o modo que o sensacionalismo tem de chamar a atenção

É o esforço para oferecer ou provocar sensações que vão atingir o mecanismo de comportamento do leitor para aceitar, rejeitar, absorver, resistir ou responder à mensagem. Como recurso para provocar sensações fortes, sejam elas visuais, semânticas ou ideológicas, o sensacionalismo processa-se através do exagero gráfico, lingüístico e temático da mensagem elaborada. (DINES apud LEAL; MELLO, 1997, p.28).

O jornalismo sensacionalista, pela exploração dos seus temas agressivos, homicidas e aventureiros, desperta a atenção dos leitores que, submetidos à lei e à censura, tendem a realizarem-se projetivamente na leitura, isto é, na construção dessa realidade pelo jornal. Por isso, opera como um meio de liberação de desejos reprimidos e censurados.

Imaginariamente, muitos crimes e muita violência são realizados diariamente. A leitura legítima, no espaço social, o impulso agressivo do leitor pela denúncia dos

atos criminosos e pela designação dos culpados, permitindo-lhes a satisfação, imaginária e verbal, de obedecer à sua própria violência. (PEDROSO apud LEAL; MELLO, 1997, p.29).

Além disso, podemos identificar o sensacionalismo como a supervalorização de notícias normais, como a elaboração e desnaturação do impacto. Tudo isso, a fim de aumentar a vendagem do jornal de acordo com as expectativas criadas.

Dessa forma, o modo sensacionalista de produção do fato escolhe aspectos representáveis da vida porque precisa suscitar interesse e estimular a atenção do leitor. Para isso, a mensagem sensacional suscita uma emoção, que inspira admiração, medo, curiosidade pelo real exagerado e planejado discursivamente como extravagante.

O jornalista José Argolo (2001 apud OLIVEIRA, 2001, p.74) tem a mesma visão do sensacionalismo, em relação aos estímulos de venda. Para ele, os diários populares e os programas sensacionalistas transformam os episódios de violência em impulsores de venda de audiência e que as próprias equipes de reportagem são orientadas no sentido de supervalorizá-los e acabam exagerando no tom das manchetes e chamadas de primeira página.

Porém, o jornalista afirma que esses parâmetros de difusão são muito diferentes do desejado por uma maioria “sadia da sociedade, que exige sobriedade e respeito em relação às estratégias do cotidiano” (ARGOLO, 2001 apud OLIVEIRA, 2001, p.74). Ele ainda faz um paralelo entre a cobertura jornalística policial de algumas décadas atrás e nos dias de hoje. Quando, há 20 anos, os jornalistas tomavam conhecimento de um duplo homicídio, não importava onde fosse, a cobertura local era obrigatória. Agora, as equipes de reportagem só são acionadas se houver chacinas com mais de três ou quatro vítimas, o que, de certa forma, valoriza esse tipo de crime.

3.3 FONTES OFICIAIS E JARGÕES

José Argolo (ARGOLO, 2001 apud OLIVEIRA, 2001, p.75) cita uma conversa que teve com uma jovem repórter que se mostrava entusiasmada com seu trabalho na área policial. Quando perguntou a ela como montava suas matérias a partir das informações obtidas em uma delegacia, ela respondeu que lia o Boletim de Ocorrências, anotava os dados e escrevia a matéria respeitando o número de linhas determinado pelo editor. Para o jornalista, “uma anomalia em termos profissionais” (ARGOLO, 2001 apud OLIVEIRA, 2001, p.75), pois acarreta problemas informativos e jurídicos.

A cobertura da violência, da segurança pública e da criminalidade realizada pela imprensa brasileira sofre de dependência das informações policiais. A fonte oficial prevalece muitas vezes como a única ouvida, sendo base de divulgação do acontecimento. As matérias privilegiando apenas essa informação, “apagam” os outros agentes, que se tornam meros objetos do fato. O jornalista não busca outras versões, não apresenta os dois lados e, com isso, a notícia torna-se parcial, ganha um tom acusatório. Essa predominância foi comprovada pelas pesquisas realizadas pelo CESeC, em 2004 e 2006.

Em 2004, uma análise de 2.514 textos publicados em nove jornais de três estados demonstrou que a polícia era a principal fonte ouvida em 32,5% dos casos. Quando eram desconsiderados os textos que não indicavam fontes – notas e colunões, rápidos registros de encontros de cadáveres, roubos e outras ocorrências, que compunham 24,8% da amostra – o percentual subia para 43,2%. Em outro levantamento, realizado pelo CESeC em 2006 sobre oito jornais do Rio, 26,9% dos 2.651 textos baseavam-se em informações policiais. Além destes, um grande número de colunões e notas, que compunham 34,6% da amostra, tinha como fontes os boletins de ocorrência. (RAMOS; PAIVA, 2007, p.37).

Os jornalistas ouvidos pela entrevista argumentaram que não há como evitar essas fontes. “Responsáveis pela repressão, registro, investigação e solução de crimes e outros atos violentos, as polícias Civil, Militar e Federal são, naturalmente, a principal fonte de

informações sobre a criminalidade” (RAMOS; PAIVA, 2007, p.37). No entanto, o que é questionado é que as forças de segurança são as únicas fontes ouvidas na maioria das matérias. A consequência mais grave dessa atitude, é que a dependência do oficialismo diminui a capacidade da imprensa de criticar as forças de segurança. “E são inúmeros os exemplos de ações policiais equivocadas – muitas vezes feitas na pressa de oferecer uma satisfação à opinião pública – que encontram destaque nas páginas dos jornais” (RAMOS; PAIVA, 2007, p.38).

Uma das razões alegadas para a pequena diversidade de fontes é a dificuldade de encontrar informantes qualificados e independentes em relação ao sistema de segurança. De acordo com Silvia Ramos e Anabela Paiva (2007, p.38-39), as associações de moradores dos bairros são um canal de informação importante, já que intermediam o contato entre jornalistas e comunidade. Mas, muitas vezes, essas entidades são controladas por traficantes ou milícias das periferias e algumas passaram a ser vistas como simples porta-vozes dos poderes marginais. Por essa razão, as associações deixaram de ser consideradas fontes de qualidade, incapazes de produzirem informação independente e crítica da comunidade.

A ausência de muitos tipos de fontes acaba por gerar uma cobertura pouco diversificada, na qual temas como direitos humanos, violência enquanto fenômeno social, raça e etnia, gênero e violência doméstica, por exemplo, são pouco frequentes. O resultado é um conjunto de matérias em que predomina as poucas contextualização e pluralidade, muito dependente da perspectiva de delegados e oficiais de polícia.

Outro problema presente no jornalismo policial é o uso abusivo e, muitas vezes incorreto, de jargões. Alguns erros são grosseiros, como chamar de criminoso um suspeito ou de traficante alguém encontrado com uns papérolas de cocaína. Marco Antônio Zanfra (2003, p.5), em seu manual, destaca que obras sobre cinema, economia e política são facilmente

encontradas, enquanto as de polícia são raras. Foi essa falta de material para pesquisas, além do Código Penal, que o estimulou a escrever o compêndio, “que ajudasse os leigos no assunto a não confundirem roubo com furto e rapto com seqüestro, entre outras tantas particularidades” (ZANFRA, 2003, p.5). Afinal, são detalhes que geram ruídos na comunicação.

3.4 O CAPITALISMO NA INFORMAÇÃO

Muitas das críticas à imprensa utilizam o argumento de que os jornais são “feitos para o mercado”. É evidente que as empresas jornalísticas produzem jornais para o mercado, seja ele popular ou elitizado, alternativo, de oposição ou sindical, que vise o lucro ou não. A produção jornalística é comandada pela estrutura do mercado e as condições de recepção antecipadas fazem parte das condições de produção (BOURDIEU, 1998 apud AMARAL, 2002, p.3). Mas essa antecipação não é um cálculo exato, é produto de uma longa relação com as leis de um mercado e funciona mais como um sentido de aceitabilidade. Por isso, as imprensas de referência e a popular não apresentam os mesmos padrões, porque respondem a mercados diferentes.

Para Cremilda Medina (1988, p.40), a mensagem jornalística, vista pela comunicação de massa, é realmente um dos produtos da indústria cultural. Mas não um produto só revestido de conotações negativas associadas à crítica do sistema pós-industrialização. Um produto dinâmico pelo ângulo da oferta e da demanda. Um produto típico das sociedades urbanas e industrializadas, reproduzido em grande escala, fabricado para atingir a massa.

Nesse sentido, a informação jornalística, como a informação publicitária, a informação editorial ou a informação em relações públicas é consequência natural como a própria industrialização. Para isso conta com os recursos tecnológicos que venceram o tempo e o espaço. (MEDINA, 1988, p.40).

Dessa forma, nota-se, especialmente na formulação dos textos e na seleção das fotos, a preocupação em corresponder a “um gosto médio” ou, em outros termos, em embalar a informação com ingredientes certos de consumo. Ainda de acordo com Medina (1988, p.118), a mensagem jornalística como um produto de consumo da indústria cultural desenvolveu uma componente verbal específica, que serve para chamar a atenção e conquistar o leitor para o produto/matéria. Em cada parte da notícia, esses apelos estarão presentes, como forma de seduzir o público.

Leandro Marshall (2007, p.3) concorda com Medina. Para ele, a cultura estética estrutura as empresas jornalísticas em unidades de produção e processamento capitalista, submetidas à lógica do mercado, da audiência e do lucro.

Nesta nova lógica, os produtos da indústria midiática indicam serem produzidos e vendidos a partir das máximas do marketing ultra-pós-moderno que industrializa e vende sabonetes, vassouras e guarda-chuvas, mas, mais do que isso, que condiciona a supra-engrenagem da sociedade de consumo pelo marketing da estética que industrializa e comercializa os gostos, os valores, os sentidos e as consciências dos próprios consumidores. (MARSHALL, 2007, p.3).

Para o autor, esse jornalismo não apresenta mais limites, parâmetros ou referências. A linguagem incorpora, em dimensões variáveis, a densidade e a linguagem características da persuasão publicitária (MARSHALL, 2007, p.12). Porém, se partirmos da idéia de que a notícia é tão somente mercadoria, subestimaríamos os demais papéis do jornalismo como produtor de conhecimento e construtor da realidade pública.

3.5 ÉTICA

De acordo com Marco Antônio Zanfra (2003, p.28), a ética é “o conjunto de princípios morais que se devem observar no exercício de uma profissão”. Ela não é uma ciência exata, o

que se caracteriza como uma vantagem, já que permite o livre-arbítrio e uma desvantagem, porque é um conceito subjetivo e, portanto, permeável ao caráter humano. Já para Mayra Rodrigues Gomes (2002, p. 17), ética é aquela parte da filosofia que se dedica à análise dos próprios valores e das condutas humanas, indagando sobre seu sentido, sua origem, seus fundamentos e finalidades. “Como é sabido, tanto ética quanto moral têm sua origem, uma no grego outra no latim, em palavras que partilham a mesma significação e remetem sobretudo à noção de *costume*” (GOMES, 2002, p.17) [o grifo é da autora]. A moral se refere a um conjunto de valores e a ética se volta como reflexão sobre estes, ao mesmo tempo que sugere novas relações. “É sempre em relações entre os homens que os costumes podem adquirir sua face valor, que as ações têm suas implicações como desejáveis ou não, apontando assim o valor de cada uma” (GOMES, 2002, p.45).

Para Gabriel Chalita (2003, p.35), falar sobre ética nos remete aos valores mais elevados que conhecemos. Nobreza de caráter, justiça nas decisões, respeito nos relacionamentos amorosos, de amizade e profissionais, honestidade, equilíbrio e bondade são apenas algumas das faces com que se manifesta o que denominamos comportamento ético.

Poderíamos listar uma infinidade de características positivas e belas, todas elas desejadas pela ética. Se quiséssemos desenhar, num quadro, o seu projeto, os seus objetivos, como num plano estratégico, esses elementos representariam uma infinidade de cores e formas, compondo uma imagem viva e maravilhosa do que se pode traduzir pela palavra *bem*. (CHALITA, 2003, p.35) [o grifo é do autor].

O autor elaborou uma lista com o que ele considera os dez mandamentos para que a ética seja, de fato, vivenciada. São eles: fazer o bem, agir com moderação, saber escolher, praticar as virtudes, viver a justiça, valer-se da razão, valer-se do coração, ser amigo, cultivar o amor e ser feliz. “Tudo o que de mais importante – e isso é tanto! – compõe a nossa vida que é construída no convívio e por meio dele” (CHALITA, 2003, p.217).

Enquanto Chalita resume a ética em fazer o bem, Isadora Schmitt (2004), acredita que a ética é um dos princípios que muitos jornalistas esquecem depois da formatura. O compromisso com a verdade e a apuração precisa dos fatos – dois assuntos tão falados em debates sobre comunicação – apesar de já estarem batidos, são esquecidos todos os dias por alguns profissionais. A busca pelo furo e a rapidez da notícia hoje tão exigida pelos meios acabam, muitas vezes, prestando um desserviço ao público. Gabriel García Márquez (apud SCHMITT, 2004) disse que a melhor notícia nem sempre é a que se dá primeiro, mas, muitas vezes, a que se dá melhor. Dessa forma, faz sentido que a análise comece por este aspecto, porque a ética, em incontáveis ocasiões, é deixada de lado quando o fato é envolvido por interesses comerciais.

Todos os profissionais correm contra o *deadline* para conseguirem produzir as notícias que pautam o dia e não possuem tempo suficiente para problematizarem todas as atitudes que envolvem o fazer jornalístico. O furo é mais respeitado que o texto subjetivo e humanizado e os interesses capitalistas ainda são mais valorizados do que os objetivos sociais e informativos que originaram a profissão. O Código de Ética do Jornalismo, aprovado em 1987 e modificado em 2007 pela Federação Nacional dos Jornalistas, apesar de ser acessível a qualquer profissional, não é conhecido por muitos e, quando o é, não é praticado em variadas ocasiões e não há uma atitude efetiva da lei em punir os crimes da imprensa. Casos clássicos de falta de ética na imprensa brasileira não faltam. Um deles é o famoso caso Escola Base. Em nome da ética para defender a moral e os bons costumes, as vidas dos envolvidos foram destruídas pelas informações mal apuradas de alguns repórteres irresponsáveis.

Outro aspecto importante que também fere os princípios éticos se manifesta na forma como a mídia aborda a violência e a criminalidade. Muitas vezes atrás de leitores, os veículos de comunicação apelam para o sensacionalismo, já citado neste trabalho, e para a aparente contribuição social em alertar a população sobre determinado fato. No artigo de Maurício

Martins (2003 apud SCHMITT, 2004), ele fala sobre a capacidade dos meios de comunicação em banalizar o flagelo.

Em suma, a medíocre cobertura feita pela maioria dos meios de comunicação no campo da violência ajuda a manter forte o “poder paralelo” que comanda muitas coisas em nosso país, com o evidente (porém oculto) envolvimento de muitas pessoas importantes neste mundo da criminalidade. Com isso, temos uma sociedade com medo, na qual a violência foi banalizada com a ajuda não desprezível da mídia, que de forma trivial retrata tais fatos como se fossem itens incorporados permanentemente ao nosso cotidiano (MARTINS, 2003 apud SCHMITT, 2004).

Apesar de existirem profissionais sérios, até mesmo as empresas jornalísticas tradicionais pecam em alguns pontos. Claro que os jornalistas são passíveis de erro, mas a responsabilidade da mídia é enorme. Uma informação errada pode destruir e influenciar diversos pontos e segmentos da sociedade. Contudo, os veículos de comunicação também possuem valores éticos. Esses valores das organizações também são determinantes do perfil do veículo. Um dos grandes problemas éticos que se refere às empresas diz respeito à separação do que é, por um lado, noticioso e, por outro, comercial.

Segundo Ciro Marcondes Filho, os jornalistas têm sido os profissionais menos entusiasmados com discussões sobre ética e, quando criticados, defendem-se com a liberdade de imprensa, “como se esta existisse para garantir-lhes o uso ilimitado e impune da voz e da palavra escrita” (MARCONDES FILHO, 2002, p.132).

O autor aponta, ainda, os principais deslizes éticos da prática jornalística: apresentar um suspeito como culpado; vasculhar a vida privada das pessoas, publicar detalhes insignificantes de personalidades, de autoridades para descreditá-las; construir uma história falsa, seja em apoio a versões oficiais, seja para justificar uma suspeita; publicar o provisório e o não-confirmado para obter o furo e/ou transformar o rumor em notícia; filmar ou transmitir um suicídio ao vivo; expor pessoas para provar o flagrante; aceitar a chantagem de terroristas; incitar rachas; maquiar uma entrevista coletiva ou exclusiva; comprar ou roubar documentos;

gravar algo à revelia, instalar microfones escondidos; omitir que se é jornalista para obter confidências. Sobre esses dois últimos itens, Marcondes Filho faz uma ressalva, dizendo que tais atitudes são compreensíveis em situações onde haja sonegação de informações de interesse público. Porém, o uso abusivo desses métodos faz do jornalista um impostor.

Ao mesmo tempo, as sanções previstas pela transgressão ao código de ética são pouco intimidativas. Aos jornalistas sindicalizados, o código aplica advertência, suspensão ou exclusão do quadro social do sindicato; aos não associados, advertência pública e impedimento definitivo de ingresso no quadro social do sindicato. Por isso existem jornalistas respondendo a centenas de processos sem alterarem suas condutas. Talvez, uma alternativa para esse problema, seria a criação de um Conselho Nacional de Jornalistas, que regulamentasse todas as atividades, aplicando as sanções, quando fosse o caso.

4 O JORNALISMO EM JUIZ DE FORA

A história da imprensa em Juiz de Fora teve início em 1870, quando circulou o primeiro jornal impresso: “O Constituinte”, que durou apenas seis meses. Em 1871, começou a ser impresso na cidade o jornal “O Pharol”. Seu chefe de redação, o francês Georges Charles Dupin, utilizou o vapor como forma de gerar energia para as máquinas de impressão em Minas Gerais. Esse periódico foi bi-semanal e tri-semanal antes de tornar-se diário, em 1885. Juiz de Fora oferecia condições para o desenvolvimento de um jornalismo forte e de qualidade.

Os setenta anos de vida d’ “O Pharol” registraram o desenvolvimento social, econômico e político da cidade e constituem um documento precioso de pesquisa dos historiadores. Pela sua redação passaram os mais importantes e significativos escritores, jornalistas e políticos da época. (...) Durante sua existência, “O Pharol” passou por diversas orientações até o seu fechamento em 1939, em plena ditadura de Getúlio Vargas, quando toda a imprensa do país se ressentiu da censura e limitações impostas à liberdade de informação. (AMERICANO; CAMARGO; NAZARETH, 1985, p.11-12).

Nos últimos anos do século XIX e nos primeiros do século XX, a imprensa de Juiz de Fora era considerada uma das melhores do país. A preocupação intelectual e científica que existia na cidade, nesta época, incentivou a criação de colégios e sociedades de estudo. Estes estabelecimentos motivaram a criação de jornais estudantis, através dos grêmios escolares e possibilitaram a formação dos futuros jornalistas. O início do século XX foi marcado pelo aparecimento e desaparecimento de muitos periódicos.

Os caminhos que o jornalismo tomou em Juiz de Fora e as razões para sua decadência são alvos de divergências entre jornalistas, historiadores e empresários. O jornalista e historiador Paulino de Oliveira (1985 apud AMERICANO; CAMARGO; NAZARETH, 1985, p.17), apontou a transferência da capital de Minas Gerais para Belo Horizonte, no final do

século XIX, como o primeiro fator a determinar o declínio da cidade e sua atividade jornalística.

Em 1909, nós tínhamos cinco jornais diários, não era brincadeira não, com tiragens pequenas e tudo, mas cinco jornais diários (...) Até 1935, mais ou menos, Juiz de Fora ainda era a melhor cidade de Minas, mas daí pra cá Belo Horizonte suplantou-a sob todos os aspectos. (OLIVEIRA, Paulino de. apud AMERICANO; CAMARGO; NAZARETH, 1985, p.17).

A competição dos jornais do Rio de Janeiro pelos leitores da cidade foi outro elemento que enfraqueceu os periódicos locais. Para o historiador Dormevilly Nóbrega, até a década de 40 não havia concorrência para os jornais de Juiz de Fora, devido à precariedade do sistema de transportes, que faziam com que os periódicos cariocas chegassem à cidade somente à noite. Mas, a partir da década de 50, com a melhoria das vias de acesso ao Rio de Janeiro, “a concorrência tornou a situação difícil para os nossos jornais, pois a edição dos diários cariocas passavam a chegar cada vez mais cedo na cidade e, atualmente, podem ser encontradas nas bancas antes mesmo da Tribuna de Minas” (1985 apud AMERICANO; CAMARGO; NAZARETH, 1985, p.17).

Para outros historiadores, o desenvolvimento do rádio e da TV também contribuíram para a decadência do jornal impresso em Juiz de Fora. Outro fator apontado por Americano, Camargo e Nazareth (1985, p.24) é a decadência econômica da cidade, já que houve um deslocamento do foco de interesse econômico para outras regiões.

Na década de 90 surgiram outros jornais e a imprensa juizforana retomou seu desenvolvimento. Atualmente, a cidade possui pelo menos três jornais diários, sendo que os principais deles são o Diário Regional, o JF Hoje e a Tribuna de Minas. Faremos a análise desses dois últimos. Eles foram escolhidos porque publicam, diariamente, matérias da editoria de polícia.

4.1 JF HOJE

O jornal JF Hoje se apresenta como o periódico popular de Juiz de Fora. Ele pertence à Organização Panorama de Comunicação, dona, também, do Jornal Panorama, que tinha distribuição gratuita. O JF Hoje surgiu em dezembro de 2007, com o valor de R\$0,25, para atender a uma demanda que o Jornal Panorama não supria. Atualmente, o JF Hoje custa R\$0,50 (valor reajustado em agosto de 2008). De acordo com a editora geral do jornal, Sílvia Carvalho, essa modificação fez com que o periódico ampliasse a oferta e atendesse a todos os leitores¹.

O JF Hoje apresenta todas as características de jornais populares. Sua linha editorial é voltada para um público que precisa de uma leitura fácil e de rápida assimilação. Esse leitor pertencente, em sua grande parte, às classes D e E, vive em áreas de vulnerabilidade social, sob a opressão tanto de bandidos quanto de policiais. Essas pessoas já presenciaram ou já ouviram falar de casos de abuso de autoridade, de injustiça, de morte ou prisão. Elas também conhecem quem já esteve envolvido em uma história dessas. Dessa forma, há uma espécie de identificação e projeção entre os leitores e os personagens envolvidos nas notícias lidas todas as manhãs.

Apesar de não existir uma editoria específica de polícia, o JF Hoje destaca as notícias policiais em quase todas as páginas e, geralmente, elas são a manchete do jornal. Para Maria Sallet Tauk Santos (2000 apud LEMOS, 2001, p.11), “o sucesso da cobertura de polícia é porque fala daquele problema do bairro. As pessoas compram o jornal para ver polícia, não é só para ver o sangue, é para ver o vizinho. *Fulaninho que mora ali perto que morreu [ou foi preso]*”[o grifo é meu].

¹ Informação verbal. Ver Apêndice C.

A aproximação dos leitores com a redação do jornal, principalmente dos repórteres policiais, é notada no JF Hoje, já que, segundo Silvia Carvalho, eles sempre ligam para a redação a fim de denunciar o descaso, o abandono e a insegurança em que vivem. Além deles, o jornal tem repórteres que, diariamente, vão às Polícias Civil e Militar para apurar os principais fatos. O oficialismo das fontes é confirmado pela editora, que diz que a maioria das matérias é baseada nos boletins de ocorrência e que, inclusive, os casos de polícia devem ser atestados com esse documento.

De acordo com Silvia Carvalho, a matéria deve ter três características principais para ser publicada, que são a gravidade do acontecimento, a proximidade em relação à Juiz de Fora e a surpresa, já que deve ser um fato inusitado. Em todos esses casos, são feitas reuniões entre repórteres e editores para analisar o fato e avaliar a angulação que a matéria terá, até que ponto aprofundar a discussão, quais fontes devem ou não ser ouvidas e outros detalhes que fazem parte da produção jornalística.

Em relação ao tratamento dos personagens nas matérias policiais, a editora explica que o nome do acusado só é fornecido caso a prisão aconteça em flagrante ou o suspeito vá para o Ceresp ou, no caso de mulheres, para a penitenciária Ariosvaldo Campos Pires. Quanto à vítima, a identidade só é revelada em casos de acidente. Quando a notícia envolve empresas, Silvia Carvalho afirma que as políticas do jornal são as mesmas para outros tipos de personagens, ou seja, o nome só é citado quando acontece o flagrante.

O JF Hoje é publicado de domingo a sexta-feira, apresenta formato de tablóide e é formado por 16 páginas, reveando folhas coloridas com as de escala de cinza, distribuídas entre as editorias Opinião, Cidade, Variedades, Social, Serviços e Esportes. Destas, cinco páginas são destinadas ao caderno Cidade (onde o foco é Juiz de Fora). Na capa, a logo do jornal não possui um lugar fixo, variando a posição todos os dias, enquanto a machete ocupa,

aproximadamente, um terço do espaço. As chamadas para as matérias internas são curtas e existe a predominância de fotos (uma da editoria de Cidade e outra de alguma celebridade, destaque na editoria de Variedades).

4.2 TRIBUNA DE MINAS

O Jornal Tribuna de Minas foi fundado em 1981, pelo médico Juracy Neves. Em 1986, ele criou, também, a Tribuna da Tarde, que seria a responsável por dar as notícias de Juiz de Fora, enquanto a Tribuna de Minas seria um jornal estadual. Foram três anos com essa divisão, mas a experiência não deu certo, porque a Tribuna de Minas não conseguiu entrar no mercado publicitário de Belo Horizonte. Dessa forma, o jornal voltou a ser local e assumiu a liderança de vendas na cidade.

A Tribuna de Minas não circula às segundas-feiras e custa, de terça a sábado, R\$1 e domingo, R\$2, o que já o diferencia dos leitores do JF Hoje. Segundo o editor geral, Paulo César Magella², o público que mais se identifica com a linha editorial do jornal se situa nas faixas B e C, “mas há um considerável número de assinantes na faixa A e, nas bancas, detecta-se também a participação das classes D e E”. De acordo com a editora Marise Baesso, o noticiário de polícia do jornal dá destaque diferente para crimes ocorridos em locais de classes sociais distintas.

Não que as matérias referentes às classes mais baixas, não tenham que ser privilegiadas, mas vai depender do que for definido na reunião de editores. Em geral, por exemplo, se acontecer um homicídio na Vila Olavo Costa, que é um local onde a violência acontece, infelizmente, nem sempre isso vai ser o nosso destaque³.

² Informação verbal. Ver Apêndice B.

³ Informação verbal. Ver Apêndice A.

Em relação a nomes dos envolvidos nos fatos, a Tribuna de Minas publica os nomes quando existe o boletim de ocorrência e a prisão do acusado é feita em flagrante. Fora isso, a identidade não é revelada. De acordo com Marise Baesso, sempre que uma ação da polícia é passível de recurso na justiça, os nomes – sejam de empresas ou pessoas – não são revelados, já que podem gerar processos posteriormente. Apesar disso, a editora afirma que quando o crime envolve alguma empresa, o jornal entra em contato com a assessoria de comunicação dela e publica.

A rotina de trabalho dos repórteres de polícia na Tribuna de Minas é semelhante à do jornal JF Hoje. Pela manhã, um jornalista vai à Polícia Militar e recolhe todas as ocorrências. À tarde, outro profissional faz o mesmo trabalho, enquanto um terceiro jornalista, normalmente um iniciante, é escalado para ficar com o “plantão”, a tarefa de ligar a cada 40 minutos para as polícias. Cada repórter tem suas próprias fontes, mas eles “tentam não ficar presos a elas, para que todos os lados da história possam ser contados”. A relação entre jornalistas e fontes, para Marise Baesso, é um dos assuntos que mais causam polêmica e processos contra o jornal, por isso é necessário tomar cuidado com a forma como é elaborada a matéria.

Ao contrário de antigamente, em que os [repórteres] mais inexperientes trabalhavam nessa área, hoje não pode ser assim. Temos repórteres experientes que mandamos para essa área policial: um de manhã, outro de tarde e, às vezes, outro no plantão. São três a cargo disso, sem contar os outros, que trabalham com matérias especiais⁴.

O jornal passou por uma modificação gráfica em 1998, que alterou até a sua logomarca e estabeleceu processos para a elaboração de seu noticiário. De acordo com Magella, o planejamento das matérias é diário e semanal, “uma vez que você não pode chegar numa sexta-feira sem saber qual será a manchete de domingo”, apesar desse planejamento sofrer modificações, motivadas pelos acontecimentos da semana. Isso determina, também, a

⁴ Informação verbal. Ver Apêndice A.

integração entre editores e repórteres, que avaliam angulação e riscos da notícia (nesse caso, há a participação do Departamento Jurídico nas decisões). O editor confirma, ainda, o uso de fontes oficiais, mas esclarece que o jornal tem “por norma em manual de não ficar preso a declaratórios, seja de quem for” e, quando se trata de denúncias, ele explica que elas não são publicadas.

A Tribuna de Minas tem formato *standard*. Durante a semana, é composta por dois cadernos e tem 18 páginas. O primeiro caderno é composto por 12 páginas, enquanto o Caderno Dois tem seis. Em agosto, período analisado, o primeiro caderno foi dividido entre as editorias Opinião, Geral, Voto e cidadania, Política, Economia, Serviços, Brasil, Mundo e Esportes. A edição de domingo é mais extensa, formada por 36 páginas, divididas entre seis cadernos (Primeiro Caderno, Caderno Dois, Esportes, Voto e Cidadania, Tevê e Social – César Romero). O jornal não apresenta editorias fixas, é a notícia que determina a ordem delas (a informação mais importante vêm nas primeiras páginas).

A capa do jornal é colorida e, geralmente, tem mais de uma foto, que se referem aos destaques de cada editoria; o interior é em tons de cinza. Quanto à ausência da editoria Polícia, Marise Baesso⁵, destaca que era comum os jornais terem essa editoria separada. No entanto, percebeu-se que os assuntos policiais nunca deveriam ter sido separados dos outros, porque nada na sociedade é isolado. É um assunto de interesse público, que deve ter as conseqüências analisadas e não ser somente noticiado, porque as matérias de polícia envolvem à todos, em maior ou menor grau, já que a violência chegou à classe média e não existem mais bairros seguros. Já para Paulo César Magella, além desses motivos, o público a que o jornal se dirige “não faz do noticiário policial a sua referência”.

⁵ Informação verbal. Ver Apêndice A.

4.3 ALTERNATIVAS PARA UM JORNALISMO POLICIAL RESPONSÁVEL

Os meios de comunicação são peças fundamentais para o desenvolvimento da sociedade. No entanto, é importante destacar que essa função é ignorada por muitos veículos. De acordo com Patterson (2003 apud PACHECO, 2005, p.22), “a procura incessante de matérias apelativas vai contra o ideal do jornalismo de fornecer aos cidadãos a compreensão clara do seu papel na sociedade”. Alerta, ainda, que a melhor forma de atrair o público para as notícias é oferecer-lhe um relato equilibrado das questões. É nesse sentido que a mídia pode contribuir, ao passo de fortalecer a opinião pública, esclarecer a sociedade e trabalhar para o desenvolvimento comunitário.

O jornalismo responsável tem como objetivo propor uma investigação mais aprofundada dos fatos, coberturas mais amplas e discussões mais democráticas, para melhorar as condições culturais e sociais dos cidadãos. Apurar, também, com mais fundamentação todas as notícias que são veiculadas nos meios de comunicação, filtrando o que pode ou não contribuir para melhorar o dia-a-dia das pessoas. O sensacionalismo não deve se sobrepor ao acontecimento.

Por isso, ao invés de informar o público com notícias apelativas, o melhor a fazer é divulgar informações que possam desenvolver o conhecimento e ajudar a comunidade a ter uma visão mais ampla dos assuntos, elevando-se, de forma mais ética, o interesse da audiência. Além disso, é importante que a imprensa assuma o papel de mediadora entre o leitor e a realidade que o cerca e o leitor e aquele que pode resolver seus problemas, mas que, muitas vezes, não é acessível. Outro ponto que deve ser considerado é o cuidado com os envolvidos no fato. Para a editora do jornal JF Hoje, corre-se um grande risco ao desconstruir

biografias, porque o caminho inverso, a reconstrução, é muito mais difícil e, talvez impossível.

Outra alternativa para a superficialidade das matérias e a falta de tempo, seria investir em reportagens. Elas são maiores, mais aprofundadas e têm a oportunidade de preencher as falhas deixadas pela notícia factual. A reportagem pode cumprir o papel de contextualizar a notícia, abordar os antecedentes, as projeções, os vários lados envolvidos em um caso e, ainda, humanizar a cobertura jornalística. Não é um investimento fácil, tampouco algo aplicável a todas as notícias, mas seria a forma mais rápida de superar alguns problemas encontrados por pesquisadores no jornalismo policial diário, citados no desenvolvimento deste trabalho.

Um empecilho que ainda existe para a prática do jornalismo policial de melhor qualidade é o caráter estratégico atribuído pelos setores de segurança pública à essas informações. De acordo com Silvia Ramos e Anabela Paiva (2007, p.166), as informações mais banais são deixadas em segredo ou envoltas em sigilos. O controle da informação também esconde problemas como a ineficácia e a corrupção das instituições de segurança. Para as autoras, não é por acaso que o registro e a divulgação de dados nessa área são ainda incompletos, lentos e irregulares, o que dificulta o acompanhamento pela sociedade. Também não é por acaso que a informatização, hoje presente em quase todas as atividades, ainda não chegou à maioria das delegacias de polícia do país. A curto prazo, superar esse tipo de problema cabe aos repórteres policiais ou aos investigativos, através da apuração aprofundada e do cruzamento de dados. No entanto, também cabe às instituições de segurança pública disponibilizar dados concretos e verdadeiros para que os jornalistas possam realizar seu trabalho com mais qualidade.

Por esse motivo, a imprensa tem um importante papel na fiscalização dos erros e das manipulações das estatísticas de segurança. Não existirão políticas sérias de redução da criminalidade e da violência se não houver dados confiáveis para planejá-las, monitorá-las e avaliá-las. Junto com instituições de pesquisa e com outras organizações da sociedade civil, cabe à mídia contribuir para a melhoria desses dados.

Lidar com críticas também faz parte do cotidiano dos repórteres de polícia. Para a editora Marise Baesso, uma das mais recorrentes ao jornal Tribuna de Minas é a resolução de não citar nomes de bairros, somente de regiões, em casos envolvendo crianças e adolescentes. Segundo ela, foi um pedido do departamento jurídico do periódico, juntamente com a Vara da Infância e Juventude. Nesse caso, não tem como voltar atrás. No entanto, quando as críticas envolvem outras questões, é salutar fazer uma avaliação do trabalho, já que o erro é normal em processos humanos, como a apuração jornalística. O que não pode acontecer, é o profissional achar que está imune ao erro, como ocorre muitas vezes e em toda a imprensa.

O que é mais importante, é que a imprensa, mais precisamente os jornalistas das editorias de polícia, não podem ter medo da mudança. Silvia Ramos e Anabela Paiva destacam isso.

A mudança é fundamental, já que a mídia tem desempenhado um papel cada vez mais importante no debate público sobre o tema. Os jornais influenciam a opinião da sociedade e motivam e fiscalizam e implantação de políticas de Estado. Formar uma imprensa capacitada a analisar o contexto da criminalidade e da segurança pública em toda a sua complexidade, livre de preconceitos e determinada a proteger os direitos humanos é, dessa forma, estratégico para a evolução do Brasil no setor. (RAMOS; PAIVA, 2007, p.13-14).

Aliás, para o coordenador de Relações Acadêmicas e de Pesquisas da Agência de Notícias dos Direitos da Infância, Guilherme Canela (apud RAMOS; PAIVA, 2007, p.148), as próprias funções que foram sendo designadas para a imprensa, no seu percurso histórico de pouco mais de 200 anos, colocam para a mídia noticiosa a necessidade de atender aos

princípios que caracterizam um jornalismo de qualidade. E a necessidade de repensar suas atitudes esporadicamente.

Como é possível notar, a cobertura policial apresenta debilidades importantes, porém já avançou bastante nos últimos 15 anos. Para o coordenador, o tema da violência ainda é uma espécie de “calcanhar-de-aquiles” do tratamento jornalístico dispensado aos diversos pontos da agenda social. Enquanto outros temas, como a cobertura de trabalho infantil doméstico, assunto que apresenta um forte viés étnico-racial, traz uma contextualização muitas vezes maior sobre este recorte particular do que encontramos no material sobre criminalidade. O mesmo se passa com educação ou pobreza. Para se encontrar as melhores saídas para os problemas relacionados durante esta pesquisa, deve-se, em primeiro lugar, compreender quais fatores acabaram por estimular e consolidar coberturas de qualidades em umas áreas e em outras não.

5 CONCLUSÃO

Realizar uma boa apuração, tentar ultrapassar as limitações de espaço-tempo-dinheiro dos jornais e se aproximar dos ideais de objetividade e imparcialidade da prática jornalística estão entre os principais objetivos dos repórteres. Contudo, na realização da atividade profissional, o jornalista encontra problemas diários como a falta de tempo para o desenvolvimento da matéria, as próprias questões ideológicas e a linha editorial do veículo.

O que não podemos deixar de destacar, é que, geralmente, tomamos como ponto de partida para a análise da cobertura de violência e segurança pública a imagem do repórter policial. Porém, pouco se conhece sobre esses agentes que produzem as notícias veiculadas pela mídia, sobretudo a respeito de seus valores e juízos, que influenciam na leitura dos fatos e, conseqüentemente, na reprodução desse fato para os leitores. Talvez a falta de atenção em relação aos jornalistas se dê porque sejam profissionais “adaptados” para esse tipo de cobertura. Durante esta monografia, descobrimos que as redações têm ficado cada vez mais enxutas e, por isso, os jornalistas devem se revesar em todas as editorias. Dessa forma, a criação do repórter de polícia dentro das redações ou a especialização deles nessa editoria é um processo mais difícil e demorado, quando ele existe.

É certo que esses profissionais dialogam com o público, mas quem sabe quais são seus medos, seus preconceitos, suas esperanças e sua visão como um espectador, que eles não deixam de ser? Quando dizemos que a violência aumentou e, por isso, a população está assustada, temos que considerar que o repórter também faz parte deste grupo e, além de superar as dificuldades analisadas durante esta pesquisa, ele deve lidar, também, com o próprio medo, para que a informação seja publicada.

Não temos a pretensão de ser os donos da verdade. No entanto, acreditamos que a mídia tem uma função social e, de acordo com as idéias dos estudiosos aqui citados, é possível trabalhar em prol de um jornalismo mais profissional, esclarecedor e responsável, sem deixar de considerar o mercado em que os veículos de comunicação estão inseridos, nem as condições de trabalho dos repórteres.

Em relação ao jornalismo policial praticado em Juiz de Fora, notamos que ele segue os padrões do restante do país e enfrenta os mesmos problemas. É através do noticiário de polícia, embora sem possuírem esta editoria especificamente, que os jornais JF Hoje e Tribuna de Minas divulgam e comentam práticas da violência na cidade, contribuindo para a produção do senso comum. Descobrimos que a área policial é o meio mais comum dos novos repórteres serem inseridos nas redações desses periódicos, através da ronda, mas que, nas reportagens mais elaboradas ou nos acontecimentos mais relevantes, os repórteres experientes são os profissionais preferidos, por saberem lidar melhor com os vários desdobramentos que o fato pode ter.

Além disso, notamos que é fácil fazer a cobertura do despreparo de segurança pública, de mortes, de tráfico, da possível falta de interesse do Estado por essas questões, porque são coisas que acontecem todos os dias. O difícil é fazer a cobertura das conseqüências e dos efeitos dessas situações na população, porque são questões subjetivas, de longo prazo, que custam tempo e investimento. E só pagando esse preço o jornalismo policial será, de fato, um agente social capaz de mudar a realidade.

E, quanto à ética, esta é uma questão de conscientização pessoal, visto que o código de ética não pune os jornalistas a ponto de os fazerem mudar as atitudes. O que sabemos, é que não existe uma ética universal para orientar as ações humanas. Se existisse, talvez não seria

necessário discutir tanto e tantas vezes sobre a ética no jornalismo ou em qualquer outro setor da sociedade em que já se classificou uma determinada atitude como anti-ética.

6 REFERÊNCIAS

AMARAL, Márcia Franz. Sensacionalismo, um conceito errante. In: **Revista Ecos**: revista da Universidade Católica de Pelotas, Pelotas: [s.n.], v.6, 2002. Paginação irregular.

AMERICANO, Alvaro E. Trigueiro; CAMARGO, José Márcio; NAZARETH, Sylvio F. Barreto. **O Jornalismo Impresso em Juiz de Fora**. História e Propostas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1985.

BOSETTI, Cleber José. **História e Imprensa**: a inteligibilidade pela representação. Disponível em: <<http://www.semina.clio.pro.br/4-1-2006/Cleber%20J%20Bosetti.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2008.

CHALITA, Gabriel. **Os dez mandamentos da ética**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2003.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de ética dos jornalistas brasileiros**. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1811>>. Acesso em: 5 nov. 2008

FOGLIATI, Fernanda. Dois lados do jornalismo policial. **Zumzine**: revista eletrônica do Curso de Jornalismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Disponível em: <http://www.zumzine.com.br/zumzine/biblio/01-3/_viagens/policial/clevermoreira2.htm>. Acesso: em 5 nov. 2008.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Ética e Jornalismo**. Uma cartografia dos valores. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

JORNAL JF HOJE. Juiz de Fora, 2007-. Diário.

JORNAL TRIBUNA DE MINAS. Juiz de Fora, 1981-. Diário.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica**. Ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.

LEAL, Ana Paula; MELLO, Fernanda Ferreira de. **Jornalismo Policial**: o espetáculo na informação. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1997.

LEMOS, Cláudia R. F. Narrar a violência – A cobertura policial num jornal popular dos anos 1990. Disponível em: <reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/4367/1/NP2LEMOS.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2008.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo** – A saga dos cães perdidos. 2. ed. São Paulo: Ed. Hacker Editores, 2002.

MARSHALL, Leandro. **A estética da mercadoria jornalística**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/marshall-leandro-estetica-mercadoria-jornalistica.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2008.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda** – Jornalismo na sociedade urbana e industrial. 3. Ed. São Paulo: Ed. Summus, 1988.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: neurose**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

MOURA, Andréia. Intrometidos de plantão. In: **Canal da Imprensa**. Disponível em: <<http://www.canaldaimprensa.com.br/canalant/85edicao/ombudsman.htm>>. Acesso em: 28 set. 2008.

OLIVEIRA, Marcele Pena de. **Pimenta nos olhos dos outros** – Estudo sobre o tema da violência no jornalismo brasileiro. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2001.

PACHECO, Alex Rômulo. **Jornalismo policial responsável**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Jornalismo) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Contestado, Concórdia, 2005.

QUENTAL, Irene Bosisio. A reportagem policial. In: _____. **Flor de obsessão: as reportagens policiais do jovem Nelson Rodrigues**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência**. Novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro. IUPERJ, 2007.

RIBEIRO, Isis. **Informação com propriedade**. Disponível em: <http://www.canaldaimprensa.com.br/canalant/84edicao/jogo_aberto.htm>. Acesso em: 9 out. 2008.

SCHMITT, Isadora. **Ética em desuso**. Disponível em: <<http://www.canaldaimprensa.com.br/canalant/especial/trint1/especial26.htm>>. Acesso em: 5 nov. 2008

ZANFRA, Marco Antônio. **Manual do Repórter de Polícia**. Disponível em: <<http://www.comunique-se.com.br/reporterdepolicia/index.asp>>. Acesso em: 26 out. 2008.

7 APÊNDICE

A. ENTREVISTA MARISE BAESSO – EDITORA DE GERAL DO JORNAL

TRIBUNA DE MINAS, REALIZADA EM NOVEMBRO DE 2008

1. Qual é a rotina de um repórter de polícia no Tribuna de Minas?

Quando eu comecei, era a única repórter de polícia da Tribuna. Isso, há 13 anos. E a polícia era algo visto de uma forma muito independente, isolada das demais, já que existia a página de polícia. Era o repórter de polícia, trabalhando sozinho com o editor de polícia. Hoje, é diferente. Há bastante tempo – acho que desde 1996 – já houve essa mudança, da editoria de polícia ser integrada às outras e a outros assuntos em geral, como sempre deveria ter sido, como saúde e educação. Porque a segurança, nada mais é, do que uma parte da sociedade. Hoje, na Tribuna, um dos assuntos chefe é segurança, que interessa a todo mundo e não existe só um repórter específico de polícia. Nós temos várias pessoas que fazem um rodízio e um repórter que vai, pela manhã, à Polícia Militar, à Delegacia e recolhe as ocorrências.

2. Isso todos os dias?

Sim. Todos os dias de manhã. Esse repórter é a Sandra Varela. Toda manhã ela vai à polícia e recolhe tudo. À tarde, temos uma outra pessoa, que faz o mesmo serviço. Então, nós temos dois pilares, um que vai de manhã e outro que vai à tarde, um que chega às 8h e fica até às 13h e outro que fica das 13h às 18h, por conta disso. Às 16h chega o plantonista, que também faz a ronda de 40 em 40 minutos. É a rotina que adotamos para não perder nada. Ficamos “ligados” o dia inteiro com a polícia e todos eles (os repórteres) têm as suas fontes, apesar de não podermos ficar restritos a essas fontes oficiais. É um dos assuntos mais polêmicos, que mais dá abertura para processos. Ao contrário de antigamente, quando eram os mais inexperientes que trabalhavam nessa área, hoje não pode ser assim. Temos repórteres experientes que mandamos para essa área policial: um de manhã, outro de tarde e outro no plantão. São três a cargo disso, sem contar os outros, que trabalham com matérias especiais. Semanalmente, temos especiais nessa área de Segurança Pública, de Polícia, de Violência e outros tópicos.

3. A prioridade do jornal é mandar os repórteres mais experientes para fazer essa parte de polícia?

Não, não é mandar os mais experientes. Temos repórteres experientes, que estão há muito tempo no Jornal, como a Sandrinha, com mais de cinco anos de trabalho, que compõem um time. Desse time dos mais experientes, alguns estão na editoria de polícia, não apenas

fazendo ronda, como o plantonista, que, geralmente, é mais novo. Os demais são repórteres experientes, gabaritados, que estão na comissão de frente da polícia. Porque, nessa área, as coisas acontecem muito independentes do editor. As notícias do dia-a-dia, não uma matéria especial, mas um assunto quente de polícia, depende muito da visão do repórter. O que ele vai priorizar depende dele. Por exemplo, tem duas coisas acontecendo: um homicídio e um incêndio. Tem ser uma pessoa com agilidade e experiência, que conheça o perfil do jornal, para decidir isso. Por isso temos, na polícia, repórteres da nossa comissão de frente.

4. O caderno de polícia desapareceu, justamente por isso, por Segurança ser uma parte da editoria de cidade?

Claro. Isso era uma tendência antiga dos jornais, de ter a editoria de polícia e que se foi percebendo, ser uma teoria equivocada, já que Polícia nunca deveria ser isolada, como nada da sociedade é. É um assunto de interesse, realmente, não só fazer polícia por fazer, mas entender as conseqüências, onde aquilo está afetando o cidadão: o leitor do jornal, seja o que mora na Zona Sul, na Zona Norte; o que determinado crime vai afetar a vida dele. É mostrar que aquilo é uma parte da rotina das pessoas como todas as outras são. Mas o jornal é feito por repórteres, o que é ruim. A realidade acaba sendo manipulada e se privilegia um assunto em detrimento de outro. E isso é feito a partir de critérios que o jornal tem, mas nem sempre se é feliz nessa escolha. Por isso, sempre deveria ser assim: a polícia como um outro assunto qualquer. E hoje a maioria dos jornais é dessa forma: por exemplo, a Folha (de S. Paulo), com o caderno Cotidiano, onde está retratado o dia-a-dia das pessoas.

5. As matérias do Tribuna são direcionadas para algum tipo de público, por exemplo, das classes C e D ou A, B e C?

Não as matérias, mas os assuntos são escolhidos de acordo com nosso público-alvo, como em todo jornal. Então, alguns tipos de notícia ganham maior destaque, na Tribuna, em detrimento de outras. Há 10 anos, quando eu era repórter de polícia, qualquer homicídio que acontecia na cidade, era manchete do jornal, qualquer fato violento era destaque na cidade. Com o tempo, a violência foi se ampliando, a cidade crescendo e hoje não é mais qualquer homicídio que vai ser destaque. A nossa prioridade é de acordo com nosso leitor. Um homicídio na Avenida Rio Branco, que tiver repercussão para o nosso leitor, como ter parado o trânsito, ter fechado o comércio, essa sim vai ser a manchete da Tribuna, por causa do nosso leitor, a classe média. Não só a classe A ou B, mas, em geral, a classe média, o leitor do centro da cidade, da zona Sul, da zona Norte. A Tribuna não é um jornal popular, como o JF Hoje, que é voltado para o público de classes mais baixas. A Tribuna tem como leitores, as classes média e alta, realmente. Não que as matérias referentes às classes mais baixas, não tenham que ser privilegiadas, mas vai depender do que for definido na reunião de editores. Em geral, por exemplo, hoje, se acontecer um homicídio na Vila Olavo Costa, que é um local onde a violência acontece, infelizmente, nem sempre isso vai ser o nosso destaque. Semana passada, o corpo de uma mulher foi encontrado lá. Nós demos um “*Etc*”, que é uma nota. O concorrente deu manchete do jornal. Então, depende da nossa avaliação. Se for uma violência corriqueira, infelizmente, não vai ganhar destaque, mas se for algo de repercussão, um fato

inédito, uma operação policial, aí sim vai ganhar destaque. Cada vez mais os assuntos de segurança estão ganhando destaque, com desdobramentos e matérias maiores.

6. Qual é a participação dos leitores, na sugestão de pautas?

Os leitores ligam e falam sobre acidentes, operações policiais ou qualquer tipo de violência na porta da sua casa e nós vamos. Nós temos por norma não dar nomes quando a pessoa é suspeita ainda. Isso é muito discutido, mas é norma. Só quando a pessoa é presa em flagrante ou quando não tem nada que prove o contrário, que divulgamos o nome. Os assuntos policiais muito nos aproximam do leitor, especialmente hoje, com o e-mail e, com isso, recebemos muitas críticas. Semana passada, fomos criticados por não termos dado o nome de uma empresária, enquanto o concorrente deu. E nós discutimos muito isso: por que dar, por que não dar. Não é porque a pessoa é rica ou pobre, que vamos definir dar nome. Discutimos muito, também, a questão das fotos, se vamos colocar foto do corpo de uma pessoa assassinada e o que vai aparecer. Às vezes os repórteres brigam, mas temos, antes, a responsabilidade com o que é veiculado. Nós temos muitos processos da área policial, até de pessoa presas, que foram julgadas e condenadas, por exemplo, por furto de veículos, e que nos processaram por causa de outras matérias e ganharam. É, realmente, um assunto com o qual temos preocupação, tanto o repórter quanto o editor, do porquê vamos dar destaque, por exemplo, para um estupro, crimes que envolvem família, pai que briga com filho, com mulher, e se isso tem, realmente, uma repercussão social e se vale à pena ou não. E, se for inevitável, dar de uma forma menor. Em casos de crimes que envolvem crianças não divulgamos nem o bairro, apenas a região da cidade. Mas são situações em que às vezes a gente acerta, às vezes erra e que estão sempre em discussão.

7. E é questão discutida tanto entre editores, quanto com os repórteres? Como é feita essa seleção de pauta?

A primeira peneira é do repórter, no caso das matérias corriqueiras, dos flagrantes. Por isso têm que ser um bom repórter. Depois ele conversa com os editores. Estamos sempre discutindo e preocupados em estarmos em contato para decidir o que vai ser dado e o que não.

8. Quando existe algum risco, vocês, editores, deixam para o repórter avaliar de que maneira dar a notícia?

Não. De maneira nenhuma. A responsabilidade é sempre do editor. E quando o repórter chega, ou quando ainda está no local e fica em dúvida, ele liga para saber o que fazer. Por exemplo, se ele precisa de reforço ou de um psicólogo para avaliar uma situação ou se nós vamos ampliar aquela matéria. Como em um caso passado, um crime envolvendo dois adolescentes, nós ouvimos psiquiatras e psicólogos; discutimos aqui, enquanto o repórter estava lá e decidimos mandar outro repórter, para ajudar, porque julgamos ser uma boa

matéria para se apostar. Desde a parte da manhã, existem editores para discussão disso. Temos um departamento jurídico, um advogado e, em qualquer caso de dúvida, quando achamos que alguma matéria pode dar processo, recorremos a ele para já se prevenir. Mas isso tem cerca de dois anos, porque antes ficávamos meio descobertos, ligávamos para advogados conhecidos, e agora não, temos um departamento jurídico com o qual podemos contar.

9. E é a editoria de polícia que mais trabalha junto com o jurídico?

Sim. A política, na época das eleições, também trabalhou muito. Mas, em geral, é a editoria de polícia que mais trabalha com ele.

10. Como vocês tratam quando é uma empresa grande envolvida em uma notícia?

Se, por exemplo, um funcionário de uma empresa matou outro, mas a empresa não tem nada a ver com isso, o nome dela não aparece. É regra do nosso manual. Agora, se é um crime que envolve a empresa e teremos que ouvir sua assessoria, é inevitável falar.

11. E como são tratadas as fontes oficiais?

No caso de investigação, como, por exemplo, uma sobre armas da polícia militar, sobre o caso da morte do policial, a fonte oficial vai ser a última a ser ouvida. Depende da matéria. E, nesses casos investigativos, a última a ser ouvida é a fonte oficial, que sempre é ouvida, tem que estar lá. Mas, em outros casos não, é paralelo, vai-se apurando e entrevistando. Em casos como, por exemplo, um assassinato que aconteceu em um bairro hoje cedo, dificilmente vamos colocar uma versão que não seja a oficial, porque isso, com certeza, vai dar processo, já que no afã da situação, as pessoas falam besteira e, se o jornal escrever, vai ficar. Podemos até ser criticados por isso, mas, nesse caso, não colocamos fontes não-oficiais.

12. E como vocês lidam com as críticas? E de que tipos são?

As que recebemos nós avaliamos como, por exemplo, essa questão de não citar o bairro e só a região, em casos envolvendo crianças e adolescentes. Isso é um pedido e uma questão do nosso departamento jurídico com a Vara da Infância. A juíza até nos chamou lá, para discutir esse assunto. Nós recebemos críticas, mas são casos já decididos. E é assim com cada crítica: nós avaliamos para saber se vale à pena, se o leitor está com a razão, se erramos e tentamos fazer diferente.

13. É isso que acontece quando as notícias têm repercussão?

Na verdade, acho que esse é o grande mal do jornalismo: as coisas vão acontecendo, uma se sobrepondo à outra e acabamos não conseguindo acompanhar os desdobramentos de cada caso. Não sei se o leitor gostaria de ver isso todo dia no jornal. Infelizmente, existem muitas situações que não acompanhamos, ora por falta de pessoal, ora porque caiu o interesse do público.

B. ENTREVISTA PAULO CÉSAR MAGELLA – EDITOR GERAL DO JORNAL TRIBUNA DE MINAS, REALIZADA EM NOVEMBRO DE 2008. E-MAIL.

1. Qual é a história do jornal Tribuna de Minas?

A Tribuna de Minas foi fundada em 1981, tendo sua primeira edição circulado no dia 1º de setembro com o editorial Razões e Objetivos, no qual se traçava a linha de ação do jornal. O destaque era a defesa da livre iniciativa. Em 1980, quando adquiriu o controle acionário da Rádio Sociedade de Juiz de Fora, cujo nome de fantasia era PRB-3 - hoje é Solar AM -, o empresário Juracy Neves, médico por profissão e empreendedor por vocação, dava início a uma jornada de investimentos na área de comunicação. Um ano depois, criou a Tribuna de Minas e, para imprimi-la, adquiriu também a Esdeva, que era uma modesta gráfica da Academia do Comércio, que rodava um semanário chamado Lar Católico. Hoje, a Esdeva é a primeira do Estado e das três maiores do Brasil. Em 1986, ele criou a Tribuna da Tarde, que ficaria com foco principal em Juiz de Fora, enquanto a Tribuna de Minas seria um jornal estadual. Tanto assim que transferiu sua sede para Belo Horizonte. Foi uma experiência de três anos que não deu certo em razão de dificuldades de acesso ao mercado publicitário da capital. Como é melhor ser o primeiro de uma aldeia do que o segundo em Roma, voltamos para, de vez, tornarmos o principal jornal da cidade. O grupo cresceu também com a Solar FM que tem uma programação mais popular, enquanto a AM tem vocação de prestação de serviço e de jornalismo.

2. Quem são os leitores do Tribuna? Para qual público o jornal se dirige?

O público que mais se identifica com a Tribuna se situa nas faixas B e C, mas há um considerável número de assinantes na faixa A e, sobretudo nas bancas, detecta-se também a participação das classes D e E. Boa parte dos leitores se classifica como crítico e informado e boa parte na faixa de 22 a 39 anos, mas a maioria tem mais de 39 anos. O grau de instrução envolve superior e médio.

3. Sobre o planejamento gráfico do jornal, como foi decidido a ordem das editorias? Por que não existe uma editoria específica de polícia?

Bom, o jornal passou por uma grande mudança gráfica em 1998, quando trocou até seu logo, e estabeleceu processos para elaboração de seu noticiário. O planejamento é diário e semanal, uma vez que você não pode chegar numa sexta-feira sem saber qual será a manchete de domingo. Todo o trabalho é previamente discutido na segunda-feira, mas a manchete, especialmente, pode mudar, dependendo do factual. Temos três editoras que fizeram o Máster da Universidade de Navarra, entre elas a Editora-Executiva, Denise Gonçalves, e a Chefe de Reportagem, Lílian Pace. Elas trouxeram de São Paulo cases que apontavam para a mobilidade das páginas. Antes, o jornal era engessado, com editorias em páginas fixas. Hoje, isso não ocorre nos principais jornais. Quem determina a ordem da página é a notícia. Se é a principal, vai na três, e assim por diante. Polícia não é uma editoria específica em razão de ser também um fato de Geral e nosso público, como pude te mostrar, não é aquele que faz do noticiário policial a sua referência. O que, no entanto, não nos impede de dar tal noticiário. Ao contrário, há destaques quando esses merecem. Hoje, por exemplo, a Polícia Federal desmantelou uma rede de tráfico de drogas na cidade e na região. Terá destaque, com certeza.

4. De onde vêm as pautas de Polícia? O leitor tem participação nas sugestões?

Mesmo não tendo uma editoria de polícia, nossos repórteres vão diariamente à Delegacia de Polícia Civil e ao quartel da Polícia Militar para apurar ocorrências. O que tem relevância é publicado. Quanto ao leitor, sua participação é fundamental por meio de pautas e interação em reportagens como foto do leitor.

5. Que fatores são levados em consideração para publicar ou descartar uma matéria de polícia?

Como disse, sua relevância, pois se formos publicar tudo o que ocorre, faltarão páginas. Muitas delas são de cunho eminentemente familiar, não havendo interesse em publicação, salvo, como disse, situações graves.

6. Como é a relação entre os editores e os repórteres, principalmente os de polícia? Vocês deixam que eles avaliem os riscos das reportagens, se houver?

Como trabalhamos com planejamento, há uma total integração entre os editores e seus repórteres. As matérias, antes mesmo de serem redigidas são avaliadas para se buscar o melhor ângulo. Todos opinam sem qualquer restrição. Os riscos, quando acentuados, chegam até o Departamento Jurídico, pois há uma série de fatores que podem gerar processos.

7. Como são tratadas as fontes oficiais, como policiais, bombeiros e justiça? Qual a importância delas dentro da notícia policial?

São importantes, pois geram a informação, sobretudo a partir da coleta nas delegacias e nos quartéis, mas temos por norma em manual de não ficar preso a declaratórios, seja de quem for. Quando se trata de denúncias, por exemplo, temos um lema: a Tribuna não publica denúncias. A Tribuna apura denúncias.

8. Como são tratadas as vítimas de crimes, suspeitos e acusados? Vocês publicam nomes, características físicas e local da residência?

Quando a prisão é, por exemplo, confirmada em flagrante, e está em boletim, publicamos o nome. Quando o eventual infrator é liberado, assinado apenas um termo circunstancial de ocorrência, não publicamos. Tivemos na semana passada o caso de uma socialite que foi presa, mas não divulgamos o nome. A Polícia Federal em momento algum divulgou, pois a prisão era temporária para investigação. Ficou claro, depois, que o envolvimento dela era apenas em crime de descaminho (muamba) estando fora do foco da investigação da PF. Não divulgamos, também, nomes de menores, sejam infratores ou vítimas. A lei é clara nesse sentido.

9. Como o jornal trata notícias policiais que envolvem empresas ou pessoas conhecidas/influentes?

Acho que responde no texto acima.

C. ENTREVISTA SILVIA CARVALHO, EDITORA DE REPORTAGEM DO JORNAL JF HOJE, REALIZADA EM NOVEMBRO DE 2008, POR E-MAIL.

1. Qual é a história do jornal JF Hoje?

O JF Hoje surgiu para atender a uma demanda que o Jornal Panorama já não supria. Sendo impossível aumentar a tiragem do Panorama, gratuito, optou-se por lançar o JF Hoje, pelo preço quase simbólico de R\$ 0,25 (reajustado para R\$ 0,50 a partir de 26/10/08). Dessa forma, foi possível ampliar a oferta e atender aos leitores. A primeira edição foi no dia 03 de dezembro de 2007.

2. Quem são os leitores do JF Hoje?

O JF Hoje é elaborado para atingir a todos os leitores, indistintamente, mas é mais focado em um público que busca uma leitura mais dinâmica, de fácil e rápida assimilação, adaptada à correria dos dias atuais.

3. Sobre o planejamento gráfico do jornal, como foi decidido a ordem das editorias? Por que não existe uma editoria específica de polícia?

Como o jornal está focado em Juiz de Fora, a divisão dá destaque para cidade (com cinco páginas - praticamente um terço do jornal), além das páginas de esporte, que também trazem notícias locais. A polícia é destaque em todas as páginas e, geralmente a manchete do jornal.

4. De onde vêm as pautas de Polícia? O leitor tem participação nas sugestões?

O jornal tem um canal aberto com os leitores, que sempre ligam para denunciar descaso, abandono, insegurança. Temos repórteres que diariamente vão às polícias Militar e Civil, para apurar os fatos.

5. Que fatores são levados em consideração para publicar ou descartar uma matéria de polícia?

Gravidade do fato, proximidade do fato, fato inusitado (pedreiros que 'assaltam' uma geladeira, por exemplo).

6. Como é a relação entre os editores e os repórteres, principalmente os de polícia? Vocês deixam que eles avaliem os riscos das reportagens, se houver?

Em todos os fatos e matérias, são trocadas idéias entre repórteres e editores. Aí avaliamos até que ponto podemos ir ou não, sempre levando em conta a segurança.

7. Como são tratadas as fontes oficiais, como policiais, bombeiros e justiça?

Casos de polícia, geralmente, precisam ser atestados por fontes oficiais, inclusive com registro de boletim de ocorrência. Maioria das matérias são baseadas em tais boletins, ou seja, informações passadas pela polícia.

8. Como são tratadas as vítimas de crimes, suspeitos e acusados?

Só damos o nome completo caso haja prisão em flagrante e o suspeito vá para o Ceresp ou para a penitenciária (no caso de mulheres). Vítimas: nome completo apenas no caso de acidentes.

9. Como o jornal trata notícias policiais que envolvem empresas ou pessoas conhecidas/influentes?

Todos os casos são tratados da mesma forma, levando em conta as regras citadas anteriormente.

8 ANEXO

CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS

Capítulo I - Do direito à informação

Art. 1º O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange seu o direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação.

Art. 2º Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que:

I - a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente de sua natureza jurídica - se pública, estatal ou privada - e da linha política de seus proprietários e/ou diretores.

II - a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público;

III - a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão;

IV - a prestação de informações pelas organizações públicas e privadas, incluindo as não-governamentais, é uma obrigação social.

V - a obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação, a aplicação de censura e a indução à autocensura são delitos contra a sociedade, devendo ser denunciadas à comissão de ética competente, garantido o sigilo do denunciante.

Capítulo II - Da conduta profissional do jornalista

Art. 3º O exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social, estando sempre subordinado ao presente Código de Ética.

Art. 4º O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação.

Art. 5º É direito do jornalista resguardar o sigilo da fonte.

Art. 6º É dever do jornalista:

I - opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos;

II - divulgar os fatos e as informações de interesse público;

III - lutar pela liberdade de pensamento e de expressão;

IV - defender o livre exercício da profissão;

V - valorizar, honrar e dignificar a profissão;

VI - não colocar em risco a integridade das fontes e dos profissionais com quem trabalha;

VII - combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercidas com o objetivo de controlar a informação;

VIII - respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão;

IX - respeitar o direito autoral e intelectual do jornalista em todas as suas formas;

X - defender os princípios constitucionais e legais, base do estado democrático de direito;

XI - defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros

e das minorias;

XII - respeitar as entidades representativas e democráticas da categoria;

XIII - denunciar as práticas de assédio moral no trabalho às autoridades e, quando for o caso, à comissão de ética competente;

XIV - combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza.

Art. 7º O jornalista não pode:

I - aceitar ou oferecer trabalho remunerado em desacordo com o piso salarial, a carga horária legal ou tabela fixada por sua entidade de classe, nem contribuir ativa ou passivamente para a precarização das condições de trabalho;

II - submeter-se a diretrizes contrárias à precisa apuração dos acontecimentos e à correta divulgação da informação;

III - impedir a manifestação de opiniões divergentes ou o livre debate de idéias;

IV - expor pessoas ameaçadas, exploradas ou sob risco de vida, sendo vedada a sua identificação, mesmo que parcial, pela voz, traços físicos, indicação de locais de trabalho ou residência, ou quaisquer outros sinais;

V - usar o jornalismo para incitar a violência, a intolerância, o arbítrio e o crime;

VI - realizar cobertura jornalística para o meio de comunicação em que trabalha sobre organizações públicas, privadas ou não-governamentais, da qual seja assessor, empregado, prestador de serviço ou proprietário, nem utilizar o referido veículo para defender os interesses dessas instituições ou de autoridades a elas relacionadas;

VII - permitir o exercício da profissão por pessoas não-habilitadas;

VIII - assumir a responsabilidade por publicações, imagens e textos de cuja produção não tenha participado;

IX - valer-se da condição de jornalista para obter vantagens pessoais.

Capítulo III - Da responsabilidade profissional do jornalista

Art. 8º O jornalista é responsável por toda a informação que divulga, desde que seu trabalho não tenha sido alterado por terceiros, caso em que a responsabilidade pela alteração será de seu autor.

Art 9º A presunção de inocência é um dos fundamentos da atividade jornalística.

Art. 10. A opinião manifestada em meios de informação deve ser exercida com responsabilidade.

Art. 11. O jornalista não pode divulgar informações:

I - visando o interesse pessoal ou buscando vantagem econômica;

II - de caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes;

III - obtidas de maneira inadequada, por exemplo, com o uso de identidades falsas, câmeras escondidas ou microfones ocultos, salvo em casos de incontestável interesse público e quando esgotadas todas as outras possibilidades de apuração;

Art. 12. O jornalista deve:

I - ressaltadas as especificidades da assessoria de imprensa, ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e instituições envolvidas em uma cobertura jornalística, principalmente aquelas que são objeto de acusações não suficientemente demonstradas ou verificadas;

II - buscar provas que fundamentem as informações de interesse público;

III - tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar;

IV - informar claramente à sociedade quando suas matérias tiverem caráter publicitário ou

decorrerem de patrocínios ou promoções;

V - rejeitar alterações nas imagens captadas que deturpem a realidade, sempre informando ao público o eventual uso de recursos de fotomontagem, edição de imagem, reconstituição de áudio ou quaisquer outras manipulações;

VI - promover a retificação das informações que se revelem falsas ou inexatas e defender o direito de resposta às pessoas ou organizações envolvidas ou mencionadas em matérias de sua autoria ou por cuja publicação foi o responsável;

VII - defender a soberania nacional em seus aspectos político, econômico, social e cultural;

VIII - preservar a língua e a cultura do Brasil, respeitando a diversidade e as identidades culturais;

IX - manter relações de respeito e solidariedade no ambiente de trabalho;

X - prestar solidariedade aos colegas que sofrem perseguição ou agressão em consequência de sua atividade profissional.

Capítulo IV - Das relações profissionais

Art. 13. A cláusula de consciência é um direito do jornalista, podendo o profissional se recusar a executar quaisquer tarefas em desacordo com os princípios deste Código de Ética ou que agridam as suas convicções.

Parágrafo único. Esta disposição não pode ser usada como argumento, motivo ou desculpa para que o jornalista deixe de ouvir pessoas com opiniões divergentes das suas.

Art. 14. O jornalista não deve:

I - acumular funções jornalísticas ou obrigar outro profissional a fazê-lo, quando isso implicar substituição ou supressão de cargos na mesma empresa. Quando, por razões justificadas, vier a exercer mais de uma função na mesma empresa, o jornalista deve receber a remuneração correspondente ao trabalho extra;

II - ameaçar, intimidar ou praticar assédio moral e/ou sexual contra outro profissional, devendo denunciar tais práticas à comissão de ética competente;

III - criar empecilho à legítima e democrática organização da categoria.

Capítulo V - Da aplicação do Código de Ética e disposições finais

Art. 15. As transgressões ao presente Código de Ética serão apuradas, apreciadas e julgadas pelas comissões de ética dos sindicatos e, em segunda instância, pela Comissão Nacional de Ética.

§ 1º As referidas comissões serão constituídas por cinco membros.

§ 2º As comissões de ética são órgãos independentes, eleitas por voto direto, secreto e universal dos jornalistas. Serão escolhidas junto com as direções dos sindicatos e da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), respectivamente. Terão mandatos coincidentes, porém serão votadas em processo separado e não possuirão vínculo com os cargos daquelas diretorias.

§ 3º A Comissão Nacional de Ética será responsável pela elaboração de seu regimento interno e, ouvidos os sindicatos, do regimento interno das comissões de ética dos sindicatos.

Art. 16. Compete à Comissão Nacional de Ética:

I - julgar, em segunda e última instância, os recursos contra decisões de competência das comissões de ética dos sindicatos;

II - tomar iniciativa referente a questões de âmbito nacional que firam a ética jornalística;

III - fazer denúncias públicas sobre casos de desrespeito aos princípios deste Código;

IV - receber representação de competência da primeira instância quando ali houver incompatibilidade ou impedimento legal e em casos especiais definidos no Regimento

Interno;

V - processar e julgar, originariamente, denúncias de transgressão ao Código de Ética cometidas por jornalistas integrantes da diretoria e do Conselho Fiscal da FENAJ, da Comissão Nacional de Ética e das comissões de ética dos sindicatos;

VI - recomendar à diretoria da FENAJ o encaminhamento ao Ministério Público dos casos em que a violação ao Código de Ética também possa configurar crime, contravenção ou dano à categoria ou à coletividade.

Art. 17. Os jornalistas que descumprirem o presente Código de Ética estão sujeitos às penalidades de observação, advertência, suspensão e exclusão do quadro social do sindicato e à publicação da decisão da comissão de ética em veículo de ampla circulação.

Parágrafo único - Os não-filiados aos sindicatos de jornalistas estão sujeitos às penalidades de observação, advertência, impedimento temporário e impedimento definitivo de ingresso no quadro social do sindicato e à publicação da decisão da comissão de ética em veículo de ampla circulação.

Art. 18. O exercício da representação de modo abusivo, temerário, de má-fé, com notória intenção de prejudicar o representado, sujeita o autor à advertência pública e às punições previstas neste Código, sem prejuízo da remessa do caso ao Ministério Público.

Art. 19. Qualquer modificação neste Código só poderá ser feita em congresso nacional de jornalistas mediante proposta subscrita por, no mínimo, dez delegações representantes de sindicatos de jornalistas.